

AS CONTRIBUIÇÕES DA DIÁSPORA  
AFRICANA PARA A LEI 10.639/2003:  
DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E  
MOÇAMBIQUE



08, 09 e 10 de julho de 2025

Ufes, Vitória

## CADERNO DE RESUMOS

**SEMINÁRIO “AS CONTRIBUIÇÕES DA DIÁSPORA AFRICANA PARA A  
LEI 10.639/2003: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE”**

JULHO DE 2025  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
VITÓRIA/ES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Seminário as Contribuições da Diáspora Africana para a Lei  
10.639/2003: Diálogos entre Brasil e Moçambique (1. :  
2025 : Vitória, ES)

S471c      Caderno de resumos [recurso eletrônico] / Organização  
                 Grupo de Estudos Étnico-Racial e Educação Especial, LitERÊ-  
                 tura, Grupo de Estudos e Pesquisas em Transdisciplinaridade,  
                 Educação, Culturas e Intersetorialidade ; coordenação Marileide  
                 Gonçalves França. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Universi-  
                 dade Federal do Espírito Santo, 2025.  
                 108 p.

Seminário realizado no período de 08 a 10 de julho de 2025.

Modo de acesso: <https://projetomirevento.wixsite.com/seminario-erer>

1. Cultura afro-brasileira. 2. Diáspora Africana. I. Grupo de  
Estudos Étnico-Racial e Educação Especial. II. LitERÊtura. III.  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Transdisciplinaridade, Edu-  
cações, Culturas e Intersetorialidade. IV. França, Marileide  
Gonçalves, 1983-. V. Título.

CDU: 316.722



**Coordenação:** Marileide Gonçalves França

**Comissão Organizadora:**

Débora Cristina de Araujo  
Ozirlei Teresa Marcilino  
Aisha Tuanny Sant Anna Jureswski  
Alexandre dos Santos Anastácio  
Ana Paula Inacio Diório  
Andreia Teixeira Ramos  
Andressa Zoi Nathanaelidis  
Arthur Felipe de Oliveira Fiel  
Celiane da Silva Vieira  
Charles de Castro Leite  
Cesario Lopes Manuel Nunes Lino  
Cristina Carla Sacramento  
Darlete Gomes Nascimento  
Davi Barbosa de Jesus  
Edineia Ventura  
Eduardo da Silva Araujo  
Flávia Costa Lima Dubberstein  
Geide Rosa Coelho  
Gustavo Henrique Araujo Forde  
Isadora de Alvarenga Monteiro

João Paulo Ribeiro Bernardes  
Joelma dos Santos Rocha Trancoso  
José Ricardo Mariano de Souza  
Luana Carla Bernardo  
Lucas Souza do Nascimento  
Ludovico Muniz Lima  
Luís Thiago Freire Dantas  
Marcelly Campos  
Marcia Eduarda Rosa Rodrigues  
Márcia Maria Silva Peixoto  
Maricleide Pereira de Lima Mendes  
Maria Inês Dias Freitas  
Marinês de Oliveira Mendes  
Mateus Augusto Almeida Martins  
Priscila Daniele Ladeira  
Rosângela Pereira dos Santos  
Sarita Faustino dos Santos  
Sérgio Pereira dos Santos  
Simone Aparecida F. Anastácio  
Soler Gonzalez  
Vitor Amorim dos Reis

**Comitê Científico:**

Cristina Carla Sacramento  
Darlete Gomes Nascimento  
Débora Cristina de Araujo  
Edineia Ventura  
Isadora de Alvarenga Monteiro  
João Paulo Ribeiro Bernardes  
Joelma dos Santos Rocha Trancoso  
José Ricardo Mariano de Souza

Luís Thiago Freire Dantas  
Marcia Eduarda Rosa Rodrigues  
Márcia Maria Silva Peixoto  
Maricleide Pereira de Lima Mendes  
Sarita Faustino dos Santos  
Simone Aparecida F. Anastácio  
Vitor Amorim dos Reis

**Organização:** Grupo de Estudos Étnico-Racial e Educação Especial – GEERE/UFES, LitERÊtura e Grupo de Estudos e Pesquisas em Transdisciplinaridade, Educação, Culturas e Intersetorialidade - gepTECI/UFES.

**Caderno de Resumos:** Marcia Eduarda Rosa Rodrigues, Márcia Maria Silva Peixoto e Maricleide Pereira de Lima Mendes.

## APRESENTAÇÃO

O Seminário “As contribuições da diáspora africana para a Lei 10.639/2003: diálogos entre Brasil e Moçambique” aconteceu nos dias 8 a 10 de julho de 2025, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na cidade de Vitória – Espírito Santo – Brasil.

O evento foi selecionado pela *Chamada CNPq/MIR 02/2024 - Apoio a eventos científicos relacionados à questão racial e a suas políticas públicas*, cujo objetivo é apoiar eventos científicos em todas as áreas do conhecimento com vistas a fortalecer a agenda de pesquisa sobre a questão racial em sua interface com iniciativas governamentais ou participação social, ou sobre políticas públicas que se destinem a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos e o enfrentamento ao racismo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do País.

As sessões de comunicação, realizadas no dia 9 de julho de 2025, foram distribuídas nos eixos: **Eixo 1:** Formação docente e a Educação das Relações Étnico-Raciais **Eixo 2:** Práticas pedagógicas na educação básica a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais; **Eixo 3:** Políticas afirmativas na educação básica e no ensino superior; **Eixo 4:** Identidades e culturas africanas, afrodiáspóricas e indígenas. Os resumos que compõem estes anais são de três naturezas a) fruto de trabalho em andamento; b) trabalho concluído; c) práticas pedagógicas exitosas que tenham relação com os eixos.

Sendo assim, os trabalhos que se encontram presentes neste caderno se constituem a partir do aprofundamento e reflexões de pesquisas de diferentes estados brasileiros e de Moçambique e possibilitam reflexões sobre como se constituem a área de pesquisa da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Saudações, Comissão Organizadora.

## SUMÁRIO

<b>EIXO 1 - FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>AS NOVAS FACES DO RACISMO: MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR .....</b>	<b>5</b>
Murilo Vincenzo Coelho dos Santos .....	5
Sérgio Pereira dos Santos .....	5
<b>FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA PROFISSIONAIS DA SEDU/SERRA-ES.....</b>	<b>7</b>
Andrea dos Santos Gabriel .....	7
Eliane Maria Brito.....	7
Juliana Melo Rodrigues Lucas .....	7
Rosângela Pereira dos Santos .....	7
Tamiris Souza de Oliveira .....	7
<b>FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (SEDU).....</b>	<b>9</b>
Gustavo Henrique de Farias Lopes Júnior .....	9
João Vitor dos Santos .....	9
<b>A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS: COMPREENSÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
Marcia Eduarda Rosa Rodrigues Rezende .....	11
Marileide Gonçalves França .....	11
<b>EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO CONTINUADA.....</b>	<b>13</b>
Daniele Pancini Sarte.....	13
Edivaldo José Bortoleto .....	13
Marileide Gonçalves França .....	13
<b>AQUILOMBAMENTO DE ESCRITORAS NEGRAS:SEMEANDO SEMENTES NO CAMPO DA MENTE .....</b>	<b>16</b>
Geisa Hupp Fernandes Lacerda .....	16
Noélia Miranda de Araújo.....	16
<b>O DESPERTAR DA FORMAÇÃO DOCENTE EM UM INTERCÂMBIO CULTURAL .....</b>	<b>18</b>

Zíbia da Silva Amaro .....	18
<b>AMEFRICANIDADES: FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....</b>	<b>20</b>
Alice Fontoura Figueiredo .....	20
<b>O HIP-HOP COMO MEDIADOR NAS PRÁTICAS DOCENTES .....</b>	<b>22</b>
Maria Eduarda Machado Oliveira.....	22
<b>QUEBRANDO O TABU: ARTE AFRO-BRASILEIRA E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>24</b>
Beatriz Borges Graça Silva Mury Bonfim .....	24
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DA ÓTICA DECOLONIAL .....</b>	<b>26</b>
Korine Cardoso Santana.....	26
Aldieris Braz Amorim Caprini .....	26
<b>POR UMA ESCOLA ANTIRRACISTA: FORMAÇÃO CONTINUADA E A POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE EM VILA PAVÃO – ES.....</b>	<b>30</b>
Erivelton Pessin .....	30
Rodrigo Ferreira Rodrigues.....	30
<b>SABERES AMBIENTAIS E ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....</b>	<b>32</b>
Osnéia Aparecida Péccoli da Silva .....	32
 <b>EIXO 2 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....</b>	<b>34</b>
 <b>DIÁLOGOS ENTRE TRANSFORMAÇÕES GEOMÉTRICAS E ARTE NDEBELE ..</b>	<b>34</b>
Abraão Santana Pezente .....	34
Gesse Santos Paixão.....	34
Patrick Lurentt Bourguignon.....	34
<b>MIRANDINHA: POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....</b>	<b>36</b>
Samilla do Carmo Correia.....	36
<b>PROJETO CULTURAL AS BANDAS DE CONGO NA ESCOLA DE ARAÇATIBA EM VIANA-ES: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DECOLONIAL.....</b>	<b>38</b>
Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar .....	38
<b>FACETAS DO RACISMO: DISCUTINDO REPRESENTATIVIDADE DOS CIENTISTAS NA ATUALIDADE.....</b>	<b>40</b>

Jacqueline Souza Reis .....	40
<b>EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM AÇÃO: UM OLHAR SOBRE SABERES AFRO-BRASILEIROS NO ENSINO FORMAL .....</b>	<b>42</b>
João Vitor dos Santos .....	42
Gustavo Machado Prado .....	42
Gino Santos Henrique .....	42
Gustavo Henrique de Farias Lopes Júnior .....	42
<b>DISSONÂNCIAS COLONIAIS: REFLEXÕES SOBRE A RECEPΤIVIDADE ESTUDANTIL A PRÁTICAS CULTURAIS .....</b>	<b>44</b>
Ana Luiza Drummond .....	44
Helena Assunção .....	44
Márcia Cesário .....	44
<b>RAÍZES E FRONTEIRAS: O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO PROMOTOR DA VALORIZAÇÃO RACIAL.....</b>	<b>46</b>
Jamily Barbosa Vieira .....	46
Rariane Delpupo Vieira .....	46
<b>FILME ESTRELAS ALÉM DO TEMPO: UM DIÁLOGO ESCOLAR PARA PENSAR AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS .....</b>	<b>48</b>
Julia Santos Gonçalves.....	48
Carlos Gilmar de Oliveira Brum .....	48
Sandra Kretli da Silva.....	48
<b>ANCESTRALIDADE E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA: UMA JORNADA DE MEMÓRIAS E SABERES .....</b>	<b>50</b>
Aline Eduardo Machado .....	50
Fernanda Raquel Bulian Gasparini Schram.....	50
<b>"AFRO DICAS": GAMIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>52</b>
Ozeias Guimarães Souza .....	52
<b>FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS QUILOMBOLAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....</b>	<b>54</b>
Noelia da Silva Miranda De Araujo .....	54
Sayonara de Andrade Dutra .....	54
Patricia Rufino Gomes Andrade .....	54
<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS RAÍZES INDÍGENAS E SUA BELEZA QUE PÕEM A NOSSA MESA.....</b>	<b>56</b>

Daniela Torres da Silva.....	56
Desiane Cesário.....	56
<b>DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES COM A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA QUILOMBOLA.....</b>	<b>58</b>
Edineia Ventura .....	58
Marileide Gonçalves França .....	58
<b>PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA: EXPERIÊNCIAS DO NEABI IFES – VENDA NOVA DO IMIGRANTE .....</b>	<b>60</b>
Antônio Carlos Barbosa Júnior .....	60
Edson Kretle dos Santos.....	60
Isabelly Pocidonio da Silva .....	60
Marcus Vinícius Soares da Costa .....	60
Suzana Grimaldi Machado.....	60
<b>PROJETO EMBAIXADORES PRÓ ERER: UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO ESCOLAR CONTRA O RACISMO .....</b>	<b>62</b>
Vivian Renata da Silva dos Santos .....	62
<b>ARTE PÚBLICA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A RÉPLICA DA ESCULTURA DE DONA DOMINGAS COMO AÇÃO PEDAGÓGICA EM VITÓRIA-ES .....</b>	<b>64</b>
Fabíola Fraga Nunes .....	64
Giuliano de Miranda .....	64
<b>ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA CRIANÇAS POMERANAS: IDENTIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>65</b>
Erineu Foerste .....	65
Josiane Arnholz Plaster .....	65
Tailor Raniere Waiandt .....	65
Marineuza Plaster Waiandt .....	65
<b>EU SOU PROTAGONISTA .....</b>	<b>67</b>
Valeska Maria Mathias .....	67
<b>CARMÉLIA MARIA DE SOUZA NA EJA VITÓRIA: APAGAMENTO E RACISMO TERRITORIAL .....</b>	<b>69</b>
Jussara da Silva Baptista.....	69
Juliana Bernardino Bello .....	69
<b>EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O CONGO NA COMUNIDADE DE MANGUINHO .....</b>	<b>70</b>

Tamiris Souza de Oliveira .....	70
<b>RECONHEÇA: UMA JORNADA DE AUTOCONHECIMENTO RACIAL COMO EIXO INTEGRADOR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À FORMAÇÃO HUMANA.....</b>	<b>72</b>
Ana Júlia Fonseca Costa e Silva.....	72
Dionatan Queiroz Garcia de Paula.....	72
Larissa Silva França.....	72
Yves Figueiredo de Oliveira .....	72
<b>EIXO 3 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>74</b>
<b>ANTIRRACISMO E DECOLONIALIDADE: A GEACIQ/CEAFRO E OS SEUS DESAFIOS FRENTE A COLONIALIDADE E O RACISMO NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>74</b>
Felipe Gonçalves Vieira .....	74
Helen Moura Pessoa Brandão .....	74
<b>AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UENF: ACESSO E PERMANÊNCIA.....</b>	<b>77</b>
Mateus Augusto Almeida Martins .....	77
Shirlena Campos de Souza Amaral .....	77
<b>TRANSLINGUAGEM, DECOLONIALIDADE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>79</b>
Cesário Lopes Manuel Nunes Lino .....	79
Kyria Rebeca Finardi.....	79
<b>POLÍTICA DE EQUIDADE RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SERRA-ES .....</b>	<b>81</b>
Eva Adriana Rosa Ferreira Oliveira Lucas .....	81
Mayara Lima Candido .....	81
Maria Dayana Santos Damaceno .....	81
Rosângela Pereira dos Santos .....	81
<b>O PERCURSO ESTUDANTIL DOS/AS ESTUDANTES COTISTAS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFES .....</b>	<b>83</b>
José Ricardo Mariano de Souza .....	83
Marileide Gonçalves França .....	83

<b>EIXO 4 IDENTIDADES E CULTURAS AFRICANAS, AFRODIASPÓRICAS E INDÍGENAS .....</b>	<b>85</b>
<b>PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROFESSOR COORDENADOR DE ESTRATÉGIAS PARA EQUIDADE RACIAL (PCER) .....</b>	<b>85</b>
Eloá Carvalho Pires .....	85
Luanne Lima Ferreira.....	85
<b>ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE LÍNGUAS BANTU E EDUCAÇÃO BILINGUE EM MOÇAMBIQUE, 2017-2022.....</b>	<b>87</b>
Cesário Lopes Manuel Nunes Lino .....	87
<b>PRETOS VELHOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL NO BRASIL.....</b>	<b>88</b>
Gino Santos Henriques .....	88
Gustavo Machado Prado .....	88
João Vitor dos Santos .....	88
<b>TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS NO ESPÍRITO SANTO: PROCESSOS DE RE-EXISTÊNCIA.....</b>	<b>90</b>
Izaque Moura de Faria .....	90
Joelson dos Santos Silva .....	90
Patrícia Gomes Rufino Andrade .....	90
<b>CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS NA MODA .....</b>	<b>93</b>
Maria Nazareth Bis Pirola .....	93
Helen de Carvalho Tavares .....	93
Maria Julia de Oliveira Batista.....	93
<b>ALICE BALL: UMA CIENTISTA NEGRA SILENCIADA PELA HISTÓRIA.....</b>	<b>95</b>
<b>VIRGÍNIA LEONE BICUDO: PIONEIRISMO NEGRO NA PSICANÁLISE E SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES RACIAIS .....</b>	<b>97</b>
Ingrid Ferreira dos Santos.....	97
Peter Ferraz Caon.....	97
Ana Luiza Gonçalves Sepulcro .....	97
Sérgio Pereira dos Santos .....	97
<b>TECNOLOGIAS AFRICANAS: A TRAJETÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DE NILMA LINO GOMES .....</b>	<b>99</b>
Ana Beatriz Silva Toniato.....	99

Bruna Schroeder Costa.....	99
Lucas Amorim Alves .....	99
Sérgio Pereira dos Santos .....	99
Thais de Azevedo Bicalho.....	99
<b>TECNOLOGIAS AFRICANAS: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE GEORGE WASHINGTON CARVER.....</b>	<b>101</b>
Ariane Purcino Batista.....	101
Lucas Amorim Alves .....	101
Sérgio Pereira dos Santos .....	101
Thais de Azevedo Bicalho.....	101
<b>PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO: GEACIQ INDICA.....</b>	<b>103</b>
Ana Paula Azevedo Moura Careta.....	103
Haryany Santos Rocha .....	103
Márcia Helena do Nascimento .....	103
<b>A BIOLOGIA COMO MEIO DE CONSOLIDAÇÃO DA VISÃO EMBRANQUECIDA DE MUNDO.....</b>	<b>105</b>
Davi Barbosa de Jesus .....	105
Débora Cristina de Araujo .....	105
<b>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (PROERER).....</b>	<b>107</b>
Jorge Vinícius Monteiro Vianna .....	107
Kelly Cristina Soares Lima .....	107
Monique Santiago de Carvalho.....	107

## **EIXO 1 - FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

### **AS NOVAS FACES DO RACISMO: MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Murilo Vincenzo Coelho dos Santos<sup>1</sup>  
Sérgio Pereira dos Santos<sup>2</sup>

O trabalho proposto origina-se de discussões teórico-práticas originadas a partir da disciplina de “Educação e Políticas para a Diversidade Cultural”, desenvolvida para o curso de Ciências Biológicas e de Matemática da UFES, Campus de Alegre. Nas últimas décadas, a sociedade tem feito progressos significativos no combate ao racismo aberto e explícito, mas isso não significa que o problema tenha desaparecido. Pelo contrário, o racismo se transformou e ganhou novas formas de expressão, mais sutis e complexas. A psicologia social tem desenvolvido teorias importantes para entender essas novas formas de racismo, como o racismo moderno, racismo simbólico, racismo aversivo, preconceito sutil e racismo cordial (Lima & Vala, 2004). Essas variações da atuação do racismo indica as suas diversas faces, diferentes formas de atuação, de intensificação e de interferência na dimensão da vida social da população negra, seja em dimensões subjetivas, seja em aspectos macros ou coletivos. Toda essa amplitude do racismo atinge diversos espectros sociais na medida em que a materialização de sua hierarquia abarca a estrutura de poder em que o grupo racial branco historicamente domina por meio de privilégios raciais de ordem simbólica, econômica e psicológica. Esse impacto atinge níveis altíssimos de desigualdades raciais e de privilégios raciais entre negros/as e brancos nos setores férteis de status, prestígio e poder, como o sistema político, o mercado de trabalho, o setor jurídico, o estatal, a carreira diplomática, o mercado matrimonial e o sistema educacional, em especial. Assim, no ambiente educacional, o racismo vai além de atos explícitos e se manifesta de forma estrutural, por meio de estereótipos velados, falta de representação negra em materiais e currículos, e naturalização de termos e práticas racistas. É fundamental que as instituições de ensino identifiquem e compreendam essas formas “invisíveis” de discriminação racial para desenvolver estratégias eficazes de combate ao racismo e promover uma educação inclusiva e equitativa na perspectiva pedagógico-política antirracista. Como afirma Romão (2001), “crianças pouco estimuladas respondem menos às propostas e aos métodos de escolarização”. Portanto, é hora de repensar nossas práticas educacionais e criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação das Relações Raciais. Antirracismo.

---

<sup>1</sup>UFES. murilo.v.santos@edu.ufes.br.

<sup>2</sup>Professor do Departamento de Medicina Veterinária da UFES, Campus de Alegre. E-mail: sergio.p.santos@ufes.br

## Referências

LIMA, M. E. O., & Vala, J. (As novas formas de expressão do preconceito e do racismo).

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. **Racismo e antiracismo na educação:** repensando nossa escola. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. 1 162p.

# FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA PROFISSIONAIS DA SEDU/SERRA-ES

Andrea dos Santos Gabriel<sup>3</sup>

Eliane Maria Brito<sup>4</sup>

Juliana Melo Rodrigues Lucas<sup>5</sup>

Rosângela Pereira dos Santos<sup>6</sup>

Tamiris Souza de Oliveira<sup>7</sup>

A Secretaria Municipal de Educação da Serra (SEDU/Serra) comprehende que, para a promoção de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso reconhecer que todos, educandos e educadores, são cidadãos plurais e de direitos. Assim, considerando a história e cultura do município que se constitui a partir das contribuições da população negra e indígena, o desenvolvimento de práticas pedagógicas de valorização da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, torna-se essencial para a oferta de uma educação integral e antirracista. Com intuito de impulsionar a implementação das Leis 10.639/2003, 11.645/2008 na rede municipal de ensino da Serra-ES, a Coordenação de Estudos Étnico-raciais (CEER) e a Gerência de Formação (GEFOR), oferecem anualmente o curso “Educação das Relações Étnico-Raciais na rede municipal de ensino da Serra”, voltado aos/as profissionais da Educação. O curso é realizado no formato presencial e remoto, com a parceria da Universidade e Instituto Federal do Espírito Santo, contando com as contribuições de professores/as e pesquisadores/as da área. As aulas ocorrem de maneira expositiva e de diálogo entre professores/as e cursistas e são pautadas a partir dos estudos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, bell hooks, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Clovis Moura, Cida Bento, dentre outros que são referência nos estudos que embasam a Educação das Relações Étnico-Raciais e a valorização das culturas africana, afro-brasileira e indígena. Tal formação vem ressoando no cotidiano escolar do município da Serra e os/as participantes têm se tornado multiplicadores/as em suas Unidades de Ensino. As práticas pedagógicas que são desenvolvidas pelos cursistas em suas Unidades de Ensino, ao longo do processo formativo, são expostas ao final do curso no seminário de práticas e no ano de 2024, além do seminário foram publicizadas em um e-book, que pode servir de referência e possibilidades para toda a rede de ensino. Deste modo a proposta aqui apresentada tem como objetivo compartilhar essa ação formativa que a SEDU/Serra tem desenvolvido desde o ano de 2008 com o intuito de contribuir com outras redes de ensino que ainda não possuem uma formação para profissionais da educação voltada para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Educação antirracista. Práticas pedagógicas. ERER

---

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. acfgabriel@hotmail.com

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. elirabrito1973@gmail.com

<sup>5</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra - ES. jumelolucas@gmail.com

<sup>6</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. rozanjaps@gmail.com

<sup>7</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. tami.olive30@gmail.com

## Referências

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Diretrizes Educacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais: **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

# FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA: ANÁLISE DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (SEDU)

Gustavo Henrique de Farias Lopes Júnior<sup>8</sup>  
João Vitor dos Santos<sup>9</sup>

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das redes de ensino do país, reafirmando o compromisso do Estado com a superação das desigualdades raciais por meio da educação. Entretanto, mais de duas décadas após sua aprovação, observa-se que a efetivação dessa política ainda enfrenta resistências e entraves diversos, especialmente no que diz respeito à formação adequada de educadores. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as ações promovidas pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU-ES), entre os anos de 2019 e 2025, voltadas à formação docente para a educação das relações étnico-raciais. Trata-se de uma pesquisa documental que se propõe a mapear, descrever e problematizar programas, cursos, eventos, plataformas digitais e materiais pedagógicos elaborados nesse período. Para tanto, a análise será orientada por referenciais teóricos que discutem as epistemologias negras e a educação como prática emancipadora, com destaque para os trabalhos de Nilma Lino Gomes e Bárbara Carine. Entre as iniciativas analisadas, destacam-se o curso de formação continuada “Raízes”, o Caderno Orientador da CEAFFRO, o Seminário “Gestão Escolar para Equidade” e o e-book “Vamos falar sobre ERER?”, lançado em 2025. Ainda que essas ações representem avanços importantes na promoção de uma educação antirracista, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), em 2023, evidenciou fragilidades e lacunas na implementação das políticas, como a ausência de mecanismos de acompanhamento sistemático e a baixa adesão por parte de algumas unidades escolares. Além disso, busca-se articular essas ações às manifestações culturais afro-brasileiras e aos saberes ancestrais historicamente marginalizados pela escola. Com isso, o estudo pretende contribuir para a reflexão crítica sobre o papel do Estado na efetivação das políticas públicas de formação docente, bem como para a valorização de práticas pedagógicas que enfrentam o racismo estrutural e promovam a construção de uma escola mais justa, plural e comprometida com a equidade racial.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Formação docente. Relações étnico-raciais. Espírito Santo.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

---

<sup>8</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. gustavojr2708@gmail.com.

<sup>9</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. joaoevictordr.santo@gmail.com

**ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5389-R, de 2 de maio de 2023.** Institui o Programa de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ProERER) no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo, Vitória, ES, 2 maio 2023.

**SEDU-ES. Caderno Orientador: Educação para as Relações Étnico-Raciais.** Vitória: Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo/ CEAFCRO, 2023.

**SEDU-ES. Vamos falar sobre ERER?** Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2025.

**TCE-ES. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Auditoria operacional sobre a política de educação das relações étnico-raciais na rede estadual de ensino.** Vitória: TCE-ES, 2023.

**GOMES, Nilma Lino. Educação para a diversidade: o desafio das práticas pedagógicas no cotidiano escolar.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

**CARINE, Barbara. A cor do pensamento: epistemologias negras e práticas pedagógicas antirracistas.** São Paulo: Pólen, 2021.

# A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS: COMPREENSÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Marcia Eduarda Rosa Rodrigues Rezende<sup>10</sup>  
Marileide Gonçalves França<sup>11</sup>

A partir da implementação da Lei nº 10.639/2003 pensar o ensino de Ciências em articulação com a história e cultura africana e afro-brasileira tem se estabelecido como um desafio aos professores de Ciências e demais profissionais de educação. Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar as compreensões de docentes de Ciências e gestores a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer), que atuam em uma escola de ensino fundamental em Castelo/ES. A presente pesquisa é um recorte do estudo do Mestrado, em andamento. Para fundamentação teórica, enfatizamos a importância do ensino de Ciências voltada para a Erer na concepção de Verrangia (2010, 2016) e a descolonização do currículo de Ciências na perspectiva de Gomes (2018) e Pinheiro (2019), no qual o ensino de Ciências, bem como, as demais áreas de conhecimento promovam a abordagem da história e cultura africana e afro-brasileira. Para tanto, adotamos a abordagem qualitativa e os pressupostos da pesquisa participante (Peruzzo, 2017), diante da imersão no contexto escolar e a elaboração de práticas pedagógicas na perspectiva de Erer em colaboração das professoras de Ciências. Como instrumento para a produção dos dados realizamos a entrevista semiestruturada com duas professoras de Ciências, diretora e a pedagoga; observação participante das aulas de Ciências; e utilizamos o diário do campo para registros das vivências. Para a análise dos resultados, adotamos como aporte teórico as noções da análise de conteúdo (Franco, 2005). A partir das análises, identificamos o desconhecimento das docentes sobre o conteúdo da história e cultura africana e afro-brasileira, tal situação se relaciona com os processos de formação inicial e continuada das professoras, que não abordaram conteúdos teóricos e práticos voltados à discussão da Erer no currículo escolar. Foi possível observar ainda que essa ausência traz implicações para o enraizamento dessa temática nas suas práticas pedagógicas. A respeito da compreensão das profissionais que atuam na gestão da escola, apesar de alegarem que tiveram acesso a esses conhecimentos durante a formação inicial, notamos que há uma compreensão ainda inicial sobre a Erer implicando em concepções errôneas sobre a temática. Sendo assim, a presente pesquisa aponta a necessidade de promover processos formativos que contemplam os conhecimentos africanos e afro-brasileiros, na tentativa de construção de uma educação antirracista.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Professores de Ciências. Gestores.

## Referências

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. Brasília, 2º edição: Liber, **Livro Editora**, 2005. 79p.

---

<sup>10</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marciaeduardarodrigues1@gmail.com

<sup>11</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: leidemary8@gmail.com

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. **Autêntica**, 2018.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em ciências na escola democrática e as relações étnico-raciais. **Revista brasileira de pesquisa em educação em ciências**, p. 329-344, 2019.

VERRANGIA, Douglas. Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de Ciências: um grande desafio. **Revista África e Africanidades**, v. 8, n. 14, 2010.

VERRANGIA, Douglas. Criações docentes e o papel do ensino de ciências no combate ao racismo e a discriminações. **Educação em foco**, p. 79-103, 2016.

## **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Daniele Pancini Sarte<sup>12</sup>  
Edivaldo José Bortoleto<sup>13</sup>  
Marileide Gonçalves França<sup>14</sup>

Considera-se a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica no Brasil, voltada ao desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social da criança (Brasil, 1996). Nesse processo é importante considerar a singularidade de cada criança e suas dimensões culturais e sociais. Ao refletirmos sobre o percurso escolar da criança negra, na Educação infantil, surge a necessidade de discutirmos sobre o cuidar e o educar, como dimensões indissociáveis deste processo, articuladas ao respeito a sua cultura, corporeidade e estética. Assim como, a importância da mediação do professor para garantir uma educação de qualidade e de condições igualitárias para todas as crianças (Araújo; Gomes, 2003). Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar como as práticas pedagógicas voltadas à Educação das Relações Étnico Raciais são desenvolvidas na Educação Infantil, pela via da formação continuada, na tentativa de contribuir com práticas pedagógicas relacionadas à Lei nº 10.639/2003. A fundamentação teórica pautar-se-á nos estudos que tratam da Educação Infantil e das relações étnico-raciais na educação, como Cavalleiro (2024), Gomes (2003) e Trinidad (2011), Munanga (2003) e Schucman (2014), articulados ao olhar de Dias (2012), Dolto (2018), Rosemberg (2012) e Sarmento (2005), para com a criança. Gatti (2017), Gomes; Gonçalves e Silva (2015), e Kramer (2006) para refletirmos sobre a formação continuada dos professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa participante, cujos instrumentos de produção de dados incluem a consulta documental, a entrevista semiestruturada, a observação participante, o diário de campo e a realização de encontros formativos. O estudo será realizado em uma escola municipal, localizada no distrito de Itaóca, no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Nessa perspectiva, os sujeitos serão professores, coordenadores, pedagogos e gestor(a). Para início deste estudo, realizamos uma revisão de literatura na BDTD, CAPES Catálogo de Teses e Dissertações, SciELO Brasil, ABPN e Periódicos CAPES. Para a busca, utilizamos os termos Educação Infantil, Educação das Relações Étnico-Raciais, Lei nº 10.639/2003, formação continuada e racismo. Encontramos dezoito estudos, que revelam o ambiente escolar permeado por um modelo de currículo, pautado no padrão branco; relações entre os adultos e as crianças, permeadas por discriminações para com as crianças negras. Desse modo, essa pesquisa se justifica pela tímida produção científica sobre o assunto e pela relevância da Educação das Relações Étnico-raciais da Educação Infantil. Esperamos com este estudo estimular o diálogo à luz da Lei nº 10.639/2003 e que se amplie a compreensão dos conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e das práticas pedagógicas antirracistas.

<sup>12</sup> Mestranda na Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, danielapancini@hotmail.com

<sup>13</sup> Orientador, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, ejbortolo@gmail.com

<sup>14</sup> Coorientador, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, leidemary8@gmail.com

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Educação Infantil. Formação Continuada. Lei nº 10.639/2003.

## Referências

BRASIL, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 nov. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6.ed., São Paulo: Contexto, 2024.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, Educação Infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazer. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 177-193.

DOLTO, Françoise. **Tudo é Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2018. GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO Marlene de. Infâncias e relações étnico-raciais: a tensa luta pela garantia de direitos em tempos antidemocráticos. GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO Marlene de. (org.). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (Org.). **Experiências étnico-raciais para a formação de professores**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18473>. Acesso em: 12 fev. 2025.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. FAPESP. 2014.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de Educação Infantil.** 2011. 221f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

# AQUILOMBAMENTO DE ESCRITORAS NEGRAS:SEMEANDO SEMENTES NO CAMPO DA MENTE

Geisa Hupp Fernandes Lacerda<sup>15</sup>  
Noélia Miranda de Araújo<sup>16</sup>

O presente trabalho visa apresentar um processo formativo articulada pelo Coletivo literário de Mulheres Negras Flores Dendê, composto por corpos femininos negros, escrevientes, corpos, encruzilhadas, o coletivo tem como propostas mover múltiplas ações e movemos múltiplas ações, como: saraus literários afrocentrados, grupo de estudos, fortalecer a produção acadêmica com nossas pesquisas, produzir livros de literaturas de forma individual/ coletiva, mover ações literárias nas comunidades periféricas. O projeto que ora é apresentado, intitulado “Aquilombamento literário: Semeando sementes no campo da mente, nasce pelas componentes do Coletivo que são professoras/pesquisadoras e escritoras de literatura infantojuvenil na perspectiva antirracista. O objetivo foi promover um espaço de diálogo antirracista por meio da literatura infantojuvenil negra, estimulando reflexões e análises críticas e valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas impressas nas literaturas. Usando a metodologia de oficinas foi ofertado em seis encontros, onde debruçamos em estudos formativos sobre racismo adentrando na literatura, infância negra e juventude negra representatividade na literatura, aquilombamento literário traçando caminhos de representatividade, escrevivência e oralitura, conceituando: O que é Literatura Negra, Literatura Afro-brasileira, Literatura Afrocentrada, Literatura Indígena e Literatura Indigenista. Desta forma, nosso trabalho apresentará as experiências nas/das oficinas de aquilombamento literário, baseados no conceito de escrevivência (Evaristo, 2005), representatividade e lugar de fala Kilomba, (2019), letramento racial e literatura afrocentrada, Sodré (2017), Oliveira (2021), Loretto (2006). Distinções entre literatura negra, afro-brasileira, afrocentrada, indígena e indigenista Cuti (2000), Oliveira (2021), Duarte (2025). Para além do processo teórico amplamente explanado, articulamos momentos práticos como: espaços de escrevivência, movimento de análises de acervo literário, saraus, contação de histórias entre outros movimentos, sendo uma construção teoria e prática articulada ao repertório basilar da lei 10.639 de 2003. Percebemos nos resultados e avaliações das oficinas que o debate sobre a literatura infantojuvenil e infantil negra, quando mediada por autoras/escritoras negras e integrada à pedagogia afrocentrada, são uma potente ferramenta de reconstrução identitária e enfrentamento ao racismo.

**Palavras-chave:** Escrevivência. aquilombamento literário. representatividade.

## Referências

EVARISTO, Conceição. A escrevivência. In: **Escritos de uma vida**. RJ: Pallas, 2005.

---

<sup>15</sup> Escritora, pesquisadora do Grupo Religião, Gênero, Violência, Direitos Humanos e Educação REGEVIDHE/ Faculdade Unida, Mestra. Email: [ge.lacerda@hotmail.com](mailto:ge.lacerda@hotmail.com)

<sup>16</sup> Escritora, pesquisadora do Grupo de pesquisa: territorialidade e Novas Mídias- NEAB/Ufes, doutoranda em Educação/Militante MNU. Email: [noelia.miranda@edu.ufes.br](mailto:noelia.miranda@edu.ufes.br)

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte: FALE- UFMG, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras: oralitura e negro drama**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia das encruzilhadas**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesto**: estudos de estética afro brasileira. Petrópolis: Vozes, 2017.

LORETTTO, Azoilda Trindade. **Educação das relações étnico-raciais**: caminhos para a formação de educadores. MEC/SECAD, 2006.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**: Uma introdução. São Paulo: Selo Negro, 2000.

FLORES DE DENDÊ (Coletivo). **Relatório final das oficinas do Coletivo Flores de Dendê**. Organização de: Geisa Lacerda; Noelia Miranda. Vitória, ES: Coletivo Flores de Dendê, 2025.

## O DESPERTAR DA FORMAÇÃO DOCENTE EM UM INTERCÂMBIO CULTURAL

Zíbia da Silva Amaro<sup>17</sup>

O *Caminhos Américanos: Programa de Intercâmbios Sul-Sul*, é uma política que visa contribuir com o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial no Brasil através de intercâmbios de curta duração, em países africanos, latino-americanos e caribenhos. Neste estudo, analiso minha experiência como participante da edição realizada em Moçambique no ano de 2024, articulando-a com o prescrito na Lei 10.639/2003 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, sobretudo, na relação com a minha formação docente para atuação no ensino da Educação Física. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada na metodologia autoetnográfica que com base em Chang (2008), que articula minha vivência em Moçambique com os desafios da implementação da referida lei brasileira. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é refletir sobre como às práticas corporais das comunidades moçambicanas, como a dança, brincadeiras e jogos, dialogam, ou não, com os conteúdos escolares. Ao visitar duas escolas em Moçambique percebi certa valorização em conteúdos advindos de países europeus, analisando o Plano Curricular do Ensino Secundário (2022), percebe-se, no âmbito da Educação Física, um foco majoritariamente em conteúdos esportivos, com ênfase em condicionamento físico e saúde. Essa hierarquização do conhecimento no cenário educacional decorre do processo colonial que, conforme Quijano (2005) desvalorizou saberes africanos e impôs modelos eurocêntricos, tal fato é evidenciado por Pessula e Bive (2019), que apontam a permanência de conteúdos coloniais mesmo no pós-independência. Ao relacionar essa vivência com o cenário brasileiro, identificam-se semelhanças contextuais no processo de descolonização curricular e a valorização de conhecimentos africanos. No Brasil, a Lei 10.639 representa um avanço na inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira, mas sua implementação ainda encontra desafios na formação docente. Concluo que a vivência em Moçambique me permitiu compreender a abrangência do sistema etnocêntrico em diferentes países, questionando minha formação inicial, os conteúdos trabalhados e a forma como são ministrados. Isso exige não apenas a inclusão dos conteúdos nos currículos, mas a ampliação na formação docente no quesito das Relações Étnico-raciais, diálogo e a problematização acerca do modelo dominante que seguimos ao longo de tantos anos.

**Palavras-chave:** Formação Docente. Etnocentrismo. Moçambique.

### Referências

- CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.
- MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Curricular do Ensino Secundário Geral**. Maputo: MINEDH, 2022. Disponível em:

<sup>17</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. [zibia.amaro@edu.ufes.br](mailto:zibia.amaro@edu.ufes.br).

[https://www.mined.gov.mz/assets/docs/plano\\_curricular\\_es.pdf](https://www.mined.gov.mz/assets/docs/plano_curricular_es.pdf). Acesso em: 20 mai. 2025.

PESSULA, P. A.; BIVE, M. T. **Educação Física em Moçambique**: dilemas históricos da formação e atuação profissional. MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 17–29, 2019. DOI: 10.29181/2594-6463-2019-v3-n1-p17-29. Disponível em: <https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2019-v3-n1-p17-29>. Acesso em: 5 jun. 2025.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: 12\_Quijano.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

## AMEFRICANIDADES: FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Alice Fontoura Figueiredo<sup>18</sup>

O termo “Amefricanidade” é utilizado por Lélia Gonzalez (1988) para falar da formação histórico-cultural das Américas levando em consideração as influências africanas e indígenas na formação dos povos. “Amefricanidades”, no plural, é utilizado pelo PET Conexões de Saberes Educação: Licenciaturas como projeto de extensão, como já mencionado no artigo “Amefricanidades: discutindo educação decolonial no contexto da Educação Básica”, que foi apresentado pelo nosso grupo no XXIX Encontro Nacional dos Grupos PET (2024). O projeto de extensão é realizado PET desde 2019 e consiste em realizar ações focadas na educação decolonial e antirracista, colocando em prática as Leis 10.639/2003 e 11.465/2008. Entretanto, percebemos a necessidade de uma formação para a Educação Indígena e, em 2024, o grupo visitou as aldeias de Comboios Tupiniquim (*Tupinikim, Tupinakyía*) e Três Palmeiras Guarani (*Nhādewa’e*), no município de Aracruz (ES). Na aldeia de Comboios, dialogamos com a diretora e com a pedagoga da escola de Ensino Fundamental Dorvelina Coutinho. Elas relataram que os alunos gostam muito de frequentar a escola e, com isso, não é muito comum eles faltarem às aulas, justamente pelo modo que a escola interage com a comunidade e também pelo fato de que os estudantes identificam suas identidades no currículo, mesmo ele não sendo totalmente autônomo por parte da comunidade, já que a escola aderiu aos testes padronizados para obter financiamento por causa da precariedade das condições de infraestrutura do espaço escolar (Figueiredo et al., 2025). Em seguida, o grupo propôs uma atividade de Geografia das Emoções (Silva, 2016), que sugere uma relação entre o espaço físico e as emoções de modo interdisciplinar e considera a subjetividade dos estudantes e o aspecto social do território. A atividade contou com desenhos que representassem um local que transmitisse bons sentimentos, onde os estudantes relatam o significado do que estavam produzindo. Portanto, percebemos como território, memória e cultura se complementam na vivência deles e como remeteram ao pertencimento em relação à aldeia. Ao final, eles fizeram uma apresentação musical da sua cultura e foi um momento de bastante troca e afeto com a comunidade escolar, a cultura indígena e o grupo PET.

**Palavras-chave:** Educação Indígena. Formação Iniciada e Continuada. Educação antirracista. Educação Decolonial

### Referências

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

---

<sup>18</sup>Universidade Federal do Espírito Santo [alice.figueiredo@edu.ufes.br](mailto:alice.figueiredo@edu.ufes.br)

PAULA, Lesllyenara; RODRIGUES, Deivid; PORTO, João. Amefricanidades: discutindo educação decolonial no contexto da Educação Básica. Encontro Nacional dos grupos PET, Recife, 2024, p. 1-6.

SILVA, M. A. S. Por uma Geografia das Emoções. *GEographia*, Paraná, Ano 18 , Nº38, 2016.

FIGUEIREDO, Alice; PAULA, Lesllyenara; CAETANO, Sophia; PORTO, João. Formação docente das pessoas petianas: Amefricanidades na Educação Escolar Indígena. Encontro Regional dos grupos PET, Juiz de Fora, 2025, p. 1-6.

## O HIP-HOP COMO MEDIADOR NAS PRÁTICAS DOCENTES

Maria Eduarda Machado Oliveira<sup>19</sup>

O Hip-hop nasce como um movimento cultural para a libertação de pessoas marginalizadas por sua cultura, território, etnia, raça, costumes e classe social, tendo seu início nos anos 70, nos Estados Unidos da América, mas somente explodindo entre as juventudes brasileiras somente a partir dos anos 90. Dado esse poder libertador de perpetuação das lutas ancestrais trazido pelo Hip-hop, é evidente sua potência como ferramenta da Educação Social, que segundo Jacyara Paiva (2015), trabalha para promover a libertação pessoal e comunitária, contribuindo diretamente para um mundo mais igualitário socialmente, já que toma partido de demandas que não são englobadas pela educação formal com uma metodologia diferenciada ao que é costumeiro em ambientes escolares. Desta forma, podemos observar que os Centros de Referência das Juventudes têm se apropriado cada vez mais dos pilares da cultura Hip-Hop devido a seus valores - que tem como propósito canalizar energias que poderiam estar voltadas a criminalidade centralizando-as na produção artística (ANDRADE, 1999) -, o diálogo com essas juventudes que são frequentemente descredibilizadas e excluídas das bases epistemológicas se torna muito mais fácil, já que no cotidiano escolar sempre foram vistos como menos capazes, sem a consideração de seu contexto social. Dito isso, a prática tem finalidade de observar as diferentes facetas e experiências das juventudes do Centro de Referência da Juventudes Novo Horizonte, atestando como o grafite e a abordagem da educação social relacionada ao movimento Hip-hop podem ser potentes ferramentas de expressão no contato com os jovens. Na prática, os jovens produziram quadros grafitados de Rosa Parks e de Jacyara Paiva, com algumas conversas mediadoras com o educador social responsável, partindo das pinturas - momento chamado "Pincelando Fatos". A partir disso, foi pensada uma caça ao tesouro com cópias das obras e pedaços das histórias das duas personalidades, e, divididos em dois grupos, os jovens deveriam encontrar os envelopes escondidos equivalentes a seus grupos com os pedaços das histórias e das imagens. A cada envelope encontrado, deveriam voltar ao ponto inicial da brincadeira e confeccionar dois cartazes. Após a brincadeira, houve uma mediação entendendo quem eram aquelas mulheres e como elas contribuíram para o alcance de políticas públicas que os abraçavam, como o próprio Centro de Referência das Juventudes. Após a conversa, os jovens ganharam saquinhos com doces e foram parabenizados por sua participação. Assim, observa-se como o grafite, forte pilar do movimento Hip-hop, pode ser um mediador nas conversas sobre direitos civis e lutas urbanas.

**Palavras-chave:** Hip-hop. Educação Social. Centro de Referência das Juventudes.

### Referências

ANDRADE, Elaine Nunes. (org.). Rap e Educação, Rap é educação. Hip Hop: movimento negro juvenil. São Paulo: SP. Selo Negro. 1999.

---

<sup>19</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. madduemo@gmail.com

CALIARI, Hyngrid Fassarella; MACHADO, Mônica Patrícia Gomes. Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2022. 137p.

PAIVA, J. S.. Caminhos do Educador Social no Brasil. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2015. v. 1. 190p.

## QUEBRANDO O TABU: ARTE AFRO-BRASILEIRA E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Beatriz Borges Graça Silva Mury Bonfim<sup>20</sup>

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a formação inicial e continuada de professoras e professores pedagogas/os da Educação Infantil, enfrentando resistências presentes nos encontros formativos, especialmente aquelas relacionadas ao uso de produções artísticas que incorporam elementos das religiões de matriz africana. Trata-se de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa que busca compreender como a Arte Afro-Brasileira — em particular aquela que integra símbolos, narrativas e referências das religiões afro-brasileiras — pode ser utilizada como estratégia pedagógica para ampliar o repertório estético das/os educadoras/es e fortalecer práticas de ensino comprometidas com uma perspectiva decolonial e com o combate ao racismo religioso no contexto escolar. Fundamentada nos estudos de Martins (2012), que discute a nutrição estética de educadoras/es, e de Prandi (2000), que entende a Arte Afro-Brasileira como expressão cultural, religiosa e política, a investigação propõe a valorização das artes visuais afro-brasileiras como ferramenta de transformação das práticas pedagógicas. Soma-se a isso o pensamento de Rufino (2019; 2023), cujas reflexões sobre saberes encantados, pedagogias das encruzilhadas e insurgências epistemológicas contribuem para o reconhecimento das cosmos percepções afro-brasileiras como fontes legítimas de conhecimento e como caminhos possíveis para uma educação mais plural e afetiva. A pesquisa também dialoga com Góes (2023), que defende o pensamento decolonial para/na Educação Infantil. Como produto final, a pesquisa propõe a criação de um repositório on-line com curadoria coletiva de obras de artistas visuais afro-brasileiras, concebido como instrumento formativo que se articula aos princípios da educação decolonial e reconhece os saberes afro-diaspóricos como fundamentais para a construção de uma escola antirracista, inclusiva e sensível à diversidade cultural e religiosa brasileira.

**Palavras-chave:** Formação docente. Arte afro-brasileira. Religiões de matriz africana. Decolonialidade. Educação Infantil.

### Referências

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 25 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-*

---

<sup>20</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: beatriz.bonfim@edu.ufes.br

*raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.* Brasília: MEC/SECAD, 2004.

GÓES, Margarete Sacht. Qual lugar da Arte na Educação Infantil? *Interfaces da Educação.* Paranaíba: 2023, V. 13, N. 39, p. 108 a 128.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. *Mediação cultural para professores andarilhos na cultura.* 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista USP*, São Paulo, v. 46, p. 52-65, 2000

RUFINO, Luiz. *Pedagogias das encruzilhadas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUFINO, Luiz. *Ponta-Cabeça: educação, jogo de corpo e outras mandingas.* Mórula: editorial, 2023.

# EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DA ÓTICA DECOLONIAL

Korine Cardoso Santana<sup>21</sup>  
Aldieris Braz Amorim Caprini<sup>22</sup>

Esta pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) - Campus Vitória. Integra-se à linha de pesquisa de Formação de Professores em Ensino de Humanidades e à temática de Ensino de Humanidades e Relações Étnico-Raciais. Trata-se de um estudo que aproxima a Educação Física Escolar da temática, com base na epistemologia Decolonial. A questão de investigação é: qual a compreensão dos(as) professores(as) de Educação Física da Rede Pública Estadual do Espírito Santo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais? Como objetivo geral, propõe-se: analisar a compreensão dos(as) professores(as) de Educação Física, que atuam nas escolas da Rede Pública Estadual do Espírito Santo, situadas no município de Vitória, sobre a Educação das Relações Étnico Raciais, para desenvolver uma proposta de formação continuada na temática. Especificamente, busca-se: discutir a presença da Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Física Escolar; desenvolver uma proposta de formação continuada, com base nas compreensões acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais e a partir de como são desenvolvidos os trabalhos pedagógicos, que envolvem a temática; elaborar um *E-book*, com base neste estudo, a fim de subsidiar formações continuadas para professores de Educação Física Escolar. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo, do tipo exploratória. Foram realizadas entrevistas com 15 professores(as) de Educação Física da Rede Pública Estadual do Espírito Santo que atuam em diversos segmentos da educação básica. Quanto aos resultados observou-se que: a maior parte dos professores apenas tangencia a ERER, limitando-se à tematização de algumas práticas da cultura negra, ou intervindo pontualmente nas situações de conflito. Há também o entendimento de que não há relação da temática com o componente curricular e uma ainda forte ligação às práticas esportivas. Na mesma direção, encontraram-se declarações de negação das diferenças. Concluiu-se que há necessidade de aprofundamento legal e teórico-conceitual, bem como de desenvolvimento da área para as questões concernentes à ERER, objetivando subsidiar o trabalho pedagógico dos profissionais.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar. Educação das Relações Étnico raciais. Decolonial. Formação Continuada de Professores.

## Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117. 2013.

---

<sup>21</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. [aldieris.caprini@ifes.edu.br](mailto:aldieris.caprini@ifes.edu.br).

<sup>22</sup> Secretaria de Estado da Educação. [korinecardososantana@gmail.com](mailto:korinecardososantana@gmail.com).

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Racialidade e produção do conhecimento. *In: SEYFERTH et al. Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, Ação Educativa, ANPED, 2002. p. 45-52.

BINS, Gabriela Nobre. **Tecendo saberes, tramando a vida – a Educação Física e a Pedagogia Griô**: uma experiência autoetnográfica de uma professora de Educação Física na RME Poa. 2020. 277 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura e Afro-Brasileira" e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura e Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jun. 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, núm. 2. Braga, 2003, p. 221-236.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Buenos Aires. 2005.

ESTRELA, Maria Teresa; MADUREIRA, Isabel Pizarro; LEITE, Teresa. Processos de Identificação de Necessidades: uma reflexão. **Revista da Faculdade de Educação**, Lisboa, VIII. n. 1, p. 29-48. 1999.

FORDE, Gustavo. A questão racial e a luta do Movimento Negro na educação: da esfera pública a agenda estatal. *In: CAPRINI, Alderis Braz Amorim. Educação e Diversidade Étnico-Racial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 135 p.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Editora Porto, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In: BRASIL. Secretaria de*

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela lei federal n.º 10.639/2003. Brasília, p. 39-61. 2005.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de Educação Física.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2019. 128 p.

LOPES, Franz Carlos Oliveira. **O currículo de educação física na ótica das relações étnico-raciais:** a prática pedagógica de professores da diretoria regional do Campo Limpo. 2020. 273 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.** Buenos Aires. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Niterói, EdUFF, 2004. 15-34.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Cultural:** inspiração e prática pedagógica. 2. ed. Jundiaí: Paco, 2019. 116 p.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Cultural:** o currículo em ação. São Paulo: Labrador, 2017. 215 p.

NEIRA, M. Garcia. O Currículo Cultural da Educação Física: pressupostos, princípios e orientações didáticas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.1, v.16, p. 4- 28 jan./mar. 2018.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Educação antirracista no município de São Paulo:** análises das experiências pedagógicas na área de Educação Física escolar. 2019. 219 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

NÓVOA, António. Conhecimento profissional docente e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-20, 2022.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes et al. Aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de Educação Física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Florianópolis, v. 41, p. 412-418, out./dez., 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.** Buenos Aires. 2005.

REIS, Ronaldo dos. **Educação Física Cultural e Africanidades:** entre Decolonialidades, Exu e encruzilhadas. 2021. 173 f. Dissertação (Faculdade de

Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto Editora, 1993.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; GOMES, Nilma Lino. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 120 p.

SILVA, Everton Lamare Costa Melo e. **Marginalidade e luta**: por uma descolonização curricular na educação física. 2018. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: raízes europeias. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. 119 p.

SOUSA, Cristiane Pereira de. **Diversidade cultural**: um olhar pela perspectiva de professores de Educação Física Escolar. 2022. 178 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

# **POR UMA ESCOLA ANTIRRACISTA: FORMAÇÃO CONTINUADA E A POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE EM VILA PAVÃO – ES**

Erivelton Pessin<sup>23</sup>  
Rodrigo Ferreira Rodrigues<sup>24</sup>

Este trabalho, em desenvolvimento, analisa a formação continuada de professores e gestores escolares no município de Vila Pavão (ES) no contexto da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), lançada pelo Ministério da Educação em 2024. A pesquisa parte da compreensão de que a formação continuada, prevista como eixo central da PNEERQ, é essencial para consolidar práticas pedagógicas voltadas à promoção da equidade racial e ao enfrentamento do racismo estrutural nas escolas públicas brasileiras. O município de Vila Pavão, reconhecido por sua diversidade cultural e desafios sociais, integra essa política por meio de ações formativas voltadas à sensibilização e capacitação de profissionais da educação no que se refere à valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e quilombolas. A investigação adota uma abordagem qualitativa e, neste estágio inicial, baseia-se em análise documental da PNEERQ, diretrizes formativas do Ministério da Educação e materiais distribuídos aos municípios, além de revisão bibliográfica sobre formação docente e educação para as relações étnico-raciais. Como a formação ainda está em andamento, e não foi possível a realização de entrevistas com os participantes, a análise concentra-se na estrutura e nos objetivos da política, bem como nos potenciais impactos da formação para a transformação das práticas pedagógicas no contexto local. Os resultados parciais apontam que a implementação da PNEERQ representa uma oportunidade significativa para fortalecer o compromisso ético e político dos educadores com a promoção da justiça racial no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, destacam-se os desafios relacionados à continuidade das formações, à adequação dos materiais pedagógicos e ao acompanhamento técnico dos profissionais envolvidos. Com isso, o trabalho busca contribuir de forma crítica e propositiva para a reflexão sobre o papel transformador das políticas públicas na superação das persistentes desigualdades raciais e na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática, plural, equitativa e antirracista.

**Palavras-chave:** PNEERQ. Formação continuada. Educação Antirracista

## **Referências:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. *Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola* –

---

<sup>23</sup> Secretaria Municipal de Educação de Vila Pavão - ES. [eriveltonpessin@hotmail.com](mailto:eriveltonpessin@hotmail.com)

<sup>24</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Cariacica. E mail. [rodrigo.rodrigues@ifes.edu](mailto:rodrigo.rodrigues@ifes.edu)

PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais: na escola e na sociedade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

## SABERES AMBIENTAIS E ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Osnéia Aparecida Péccoli da Silva<sup>25</sup>

Este trabalho apresenta experiências formativas realizadas junto a professores/as da rede pública de Vitória (ES), articulando educação ambiental crítica e política, práticas pedagógicas antirracistas e o direito à cidade. Como educadora ambiental, desenvolvo ações que buscam dar visibilidade ao Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) da Mata Paludosa – unidade de conservação localizada em Jardim Camburi – promovendo o acesso inclusivo e diversos aos parques naturais e urbanos como espaços educativos não formais. As formações ocorrem em parceria com escolas municipais e envolvem vivências pedagógicas, rodas de conversa, interpretação ambiental, mediação de narrativas a partir de elementos da biodiversidade local, bem como a construção coletiva de propostas que integram saberes ambientais e étnico raciais. São momentos de compartilhamento de saberes e experiências que fortalecem o vínculo com o território e com os sujeitos que nele atuam e vivem. O REVIS é compreendido como um lugar de aprendizagens e ensinagens, de diversidade e de vivências, onde se reconhecem as múltiplas formas de ser, habitar e cuidar da natureza na cidade. A proposta valoriza o território como espaço de pertencimento, envolvimento e construção de conhecimento, destacando o papel de sujeitos historicamente invisibilizados, como os catadores de materiais recicláveis e coletores de resíduos. Em sua maioria, são pessoas negras, sujeitos da diáspora, que muitas vezes não tiveram outras oportunidades de inserção social e profissional. Reconhecer esses sujeitos como protagonistas da sustentabilidade urbana é essencial para enfrentar o racismo ambiental e construir uma educação comprometida com a justiça social e ambiental. Inspirada em autores e autoras como Paulo Freire, Nilma Lino Gomes, Ailton Krenak e bell hooks, a prática formativa busca incentivar o reconhecimento dos saberes locais, a valorização das histórias afro-brasileiras e indígenas e o fortalecimento da relação entre natureza, identidade e diversidade. Ao promover uma educação ambiental antirracista, engajada e afetiva, o trabalho contribui para uma escola pública sensível e combativa às desigualdades, atenta às potências dos territórios e das populações que os habitam.

**Palavras-chave:** Formação docente. Educação ambiental. Práticas antirracistas. REVIS Mata Paludosa. Justiça socioambiental.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

---

<sup>25</sup> Educadora Ambiental do Centro de Educação Ambiental (CEA) Mata Paludosa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), Prefeitura de Vitória. osneia.a.peccoli@gmail.com

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: tensões e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## **EIXO 2 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

### **DIÁLOGOS ENTRE TRANSFORMAÇÕES GEOMÉTRICAS E ARTE NDEBELE**

Abraão Santana Pezente<sup>26</sup>

Gesse Santos Paixão<sup>27</sup>

Patrick Lurentt Bourguignon<sup>28</sup>

A prática pedagógica descrita foi realizada com uma turma de terceira série da EEEM Irmã Maria Horta, visando proporcionar experiências com o conteúdo matemático Transformações Geométricas, em diálogo com as áreas de Linguagens, Humanidades e Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). A proposta surgiu a partir de conversas entre os docentes envolvidos e da exigência legal do estudo da cultura e história africana e afro-brasileira conforme a Lei 10.639/03. Esses diálogos foram impulsionados pela apresentação das funções do Professor Coordenador de Equidade Racial (PCER) no Conselho Geral do Trimestre, além das diretrizes e materiais desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Após reuniões de alinhamento, definiram-se quatro etapas para a prática. Na 1a Etapa realizada em uma aula de Matemática com a presença do professor da disciplina e do PCER, houve uma introdução à cultura Ndebele e à temática ERER, revisão das transformações geométricas, análise de obras e pinturas Ndebele e, por fim, a elaboração individual de um esboço artístico em papel A4 com plano cartesiano, inspirado nessa cultura, utilizando o conteúdo matemático revisado. Na 2a Etapa, com a participação do professor de Arte e do PCER, iniciou-se a transposição dos esboços para cartolinhas divididas em quatro partes no modelo do plano cartesiano, cada uma destas pintadas por um aluno. A atividade ocorreu em espaço externo, com orientações sobre uso de cores, sem uso de ferramentas além de pinceis, para uma prática e técnica correspondente à estética Ndebele. Durante todo o processo, os professores destacaram a importância de criticar o eurocentrismo e buscar referências africanas, indígenas e afro-brasileiras para a construção de um sistema de ensino escolar com saberes artísticos, científicos e intelectuais que dialoguem com essas culturas que formam a cultura brasileira. A 3a e 4a Etapas correspondem à montagem e realização da exposição aberta à comunidade escolar, que ocorrerá após a redação deste relato. As atividades realizadas, promoveram o contato dos estudantes com a produção de conhecimentos matemáticos, artísticos e gerais a partir de matrizes africanas, ampliando a compreensão crítica sobre a contribuição desses povos na construção do conhecimento e das identidades culturais, considerando que a África constitui uma das principais matrizes étnicas brasileiras.

---

<sup>26</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). abraaopezente@gmail.com

<sup>27</sup> Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES). gessepaixao@gmail.com

<sup>28</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). patricklbartes@gmail.com

**Palavras-chave:** ERER. Prática Pedagógica. Matemática. Arte. Ndebele

## Referências

KHANDWALA, A. Reinventing resistance: The Ndebele tribe's geometric wall art. Elephant Magazine, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://elephant.art/reinventing-resistance-the-ndebele-tribes-geometric-wall-art/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Gerência de Educação do Campo Indígena e Quilombola (GECIQ). Caderno orientador para a educação das relações étnico-raciais no Espírito Santo. Vitória, ES. 2023.

CLAESSENS, B. Ndebele: Three artists you want to get to know. Duende Art Projects, 2022. Disponível em: <https://www.duendeartprojects.com/blog/669-ndebele-three-artists-you-want-to-get-to/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Rotina Pedagógica Escolar – RPE (3a Série – 10a Quinzena – 02 a 06 de junho). 2025. Disponível em: [https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2025/05/3a-Serie\\_MAT\\_RPE\\_QUINZENA-10\\_LIVRETO.pdf](https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2025/05/3a-Serie_MAT_RPE_QUINZENA-10_LIVRETO.pdf). Acesso em: 3 jun. 2025.

## MIRANDINHA: POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Samilla do Carmo Correia<sup>29</sup>

Na sociedade do racismo estrutural (Almeida, 2020), onde a violência é velada e sofisticada, a ideologia do branqueamento molda as relações humanas no Brasil, roubando dos corpos negros desde a infância a constituição do pertencimento, da autoestima e das perspectivas de futuro e dos sonhos. Assim, compreendendo a partir de Gonzalez (1988) a força dos meios de comunicação de massas e dos aparelhos ideológicos sociais para a (re)produção de currículos racistas e desiguais, mostra-se necessário ir contra a lógica branca e europeia, a qual insiste em propagar a inferioridade e o apagamento das contribuições da diáspora africana para a formação histórico-cultural do povo brasileiro. Dessa maneira, enfrentar o racismo que extingue a cultura, a língua e a identidade racial, caminha para um olhar atento às infâncias negras, estas que precisam estabelecer conexões e enxergar, desde pequenas, referências semelhantes que ocupam diferentes espaços artísticos, políticos, científicos e culturais. Com a representatividade, cria-se a possibilidade de novos mundos identitários, onde o conhecimento sobre a ancestralidade desperta o pertencimento étnico-racial, rompendo com o discurso que reduz a história africana e afro-brasileira ao processo de escravização. Nesse sentido, “Este é o meu cabelo”, literatura infantil capixaba de Gió Araújo, ao narrar a relação de Mirandinha, uma menina negra com os seus cabelos crespos, entre poesia e brincadeira, encanta o leitor, permitindo pela leitura a compreensão do continente africano enquanto berço da humanidade. A menina diz “Ele é a África em mim” (Araújo 2018), reconhecendo os fios como beleza ancestral enraizada em sua cabeça, a identificação com a personagem da obra literária, tornou-se a principal discussão da edição de 2024 do Amefricanidades, projeto de extensão do PET Conexões de Saberes Educação: Licenciaturas, o qual teve como objetivo reafirmar a Lei 10.639/2003 e pautar práticas pedagógicas antirracistas que discutam a representatividade negra nos cotidianos escolares da Educação Básica. O encontro foi realizado com turmas de 6º ano do Ensino Fundamental II da EMEF Feu Rosa, no município de Serra, ES. Foram doados aos alunos da escola pelo PET Licenciaturas exemplares do livro “Este é o meu cabelo” com a finalidade de proporcionar um material que produza, através do encantamento presente na literatura infantil, novas concepções acerca dos cabelos crespos e de outros fenótipos herdados dos povos africanos. Que mais crianças, assim como Mirandinha, possam afirmar em suas realidades “Sim, este é o meu cabelo” (Araújo, 2018).

**Palavras-chave:** Prática pedagógica. Literatura infantil. Educação das Relações Étnico-Raciais.

### Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Ed. Jandaíra -Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ARAÚJO, Gió. Este é o meu cabelo. Nandyala, 2018.

---

<sup>29</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. samillacorreia12@gmail.com

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

PAULA, Lesllyenara; RODRIGUES, Deivid; PORTO, João. Amefricanidades: discutindo educação decolonial no contexto da Educação Básica. Encontro Nacional dos grupos PET, Recife, 2024, p. 1-6.

## **PROJETO CULTURAL AS BANDAS DE CONGO NA ESCOLA DE ARAÇATIBA EM VIANA-ES: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DECOLONIAL**

Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar<sup>30</sup>

O projeto cultural e histórico que aborda a educação voltada para as relações étnico-raciais, com ênfase nas bandas de Congo situadas no município de Viana-ES, propõe a valorização e o reconhecimento das manifestações culturais afro-brasileiras no ambiente escolar e comunitário, com duração de um semestre. A iniciativa visa estimular uma reflexão crítica sobre a diversidade étnica e racial, além da relevância do patrimônio cultural na formação da identidade dos alunos da região, ao mesmo tempo que resgata tradições que foram marginalizadas ao longo da história, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa sob uma perspectiva decolonialista (Maldonado-Torres, 2007; Walsh, 2007; Mignolo, 2005; Quijano, 2005). Os objetivos gerais incluem o estabelecimento de um vínculo direto entre a Banda de Congo e a EMEF ARAÇATIBA, possibilitando a conexão prática entre a educação e a cultura afro-brasileira, evidenciando o movimento da Banda de Congo de Araçatiba na instituição escolar como um elemento fundamental para a formação de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva, assegurando a implementação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008). Entre os objetivos específicos, destacam-se oferecer aos estudantes uma introdução à prática musical e ao aprendizado de instrumentos típicos do Congo local, como a casaca e o tambor. Também se propõe ensinar e preservar as tradições culturais do Congo de Viana-ES (cultura imaterial local), que são parte significativa da cultura capixaba e afro-brasileira. É importante salientar que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Araçatiba já realiza alguns projetos com a comunidade escolar, mas a nossa intenção é fortalecer os vínculos com a comunidade de Araçatiba, que é um território de remanescentes quilombolas. Ao integrar os conhecimentos, saberes e histórias locais no ambiente escolar, buscamos criar oportunidades para uma experiência de aprendizado mais rica e reflexiva, na qual os alunos tornam-se não apenas espectadores, mas verdadeiros protagonistas de sua educação. Essa transformação não apenas enriquece a compreensão dos conteúdos nas letras musicais da Banda de Congo, mas também contribui para a formação de educadores capacitados a lidar com as complexidades do mundo contemporâneo, especialmente em relação à educação para as relações étnico-raciais. Dessa forma, ao valorizar tanto a formação dos professores quanto a promoção da cultura local (cultura imaterial), estabelecemos uma base sólida para o futuro da aprendizagem, da educação sobre a temática africana e afro-brasileira, além do desenvolvimento pessoal de alunos e educadores.

**Palavras-chave:** Educação. Étnico-racial. Bandas de Congo.

### **Referências**

---

<sup>30</sup> Técnico Secretaria Municipal de Educação de Viana-ES; Aluno do curso Mestrado Profissional em Educação (UFES). E-mail: [wanderp2065@gmail.com](mailto:wanderp2065@gmail.com)

BRASIL. Lei 10.639/03. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In.: CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL (orgs.). El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana – Siglo del Hombre, 2007.

MIGNOLO, Walter. Histórias Globais/projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In.: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas grifoLatinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277.

WALSH, Catherine (Org.). Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar Ecuador, 2005.

## **FACETAS DO RACISMO: DISCUTINDO REPRESENTATIVIDADE DOS CIENTISTAS NA ATUALIDADE**

Jacqueliny Souza Reis<sup>31</sup>

O advento da internet fez que surgissem plataformas, revistas e sites que catalogam os cientistas da atualidade em física, porém percebemos que quando procuramos por cientistas negros brasileiros ou cientistas de outras etnias além da eurocêntrica e estadunidense no google, temos dificuldade de encontrá-los. Dessa questão nasce a necessidade de discutir com os estudantes o racismo algorítmico e a questão de representatividade. Segundo Safiya Umoja Noble (2018), “os algoritmos não são neutros. Eles refletem os valores das pessoas que os criam, o que significa que podem perpetuar e até amplificar o racismo sistêmico”. Uma das formas encontrada de lidar com o racismo na área da física é trabalhar representatividade científica com os estudantes ao longo do ano. O objetivo do trabalho proposto foi desenvolver habilidade de pensamento crítico nos estudantes, fazendo-os refletir sobre as dinâmicas de racismo algorítmico da atualidade. A educação para as relações étnico-raciais e o desenvolvimento do pensamento crítico estão profundamente interligados, especialmente no contexto da luta contra o racismo estrutural e na construção de uma sociedade democrática e plural. Foram utilizadas 4 aulas em dias diferentes. Na aula um para realizar as pesquisas foram utilizadas as ferramentas do google para pesquisar os resultados da busca por: “cientistas brasileiros”, “cientistas negros brasileiros”. Na aula dois fizemos uma roda de conversa com os estudantes, e foi discutido o tema. Dialogou sobre aspectos históricos, epistemologia da ciência e racismo estrutural. Durante o período da aula os estudantes traçaram estratégias para lutar contra a falta de representatividade de cientistas brasileiros negros e contra o racismo algorítmico, uma das táticas que eles colocaram em prática foi criar um seminário de apresentação para a turma sobre cientistas negros da atualidade onde os próprios alunos pesquisariam os cientistas e apresentaram para turma nas duas aulas seguintes. As mudanças ao longo do processo que mais impactaram as aulas de física, foi as participações dos estudantes que aumentaram, e quando era explicado os conteúdos do currículo durante a aula de física, por exemplo as Leis de Newton, os próprios estudantes começaram a realizar pesquisas para procurar os conhecimentos de dinâmica que foram produzidos no continente africano, por entenderem que África é o berço da ciência. O trabalho executado é simples do ponto de vista que não exige muito material didático, apenas usamos um Chromebook para pesquisa, porém o impacto na autoestima do estudante é gigantesco.

**Palavras-chave:** Representatividade. Racismo algorítmico. Racismo estrutural

### **Referências**

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: NYU Press, 2018.

---

<sup>31</sup> Sre Carapina, jaquelee5@gmail.com.

Oliveira, M. R. da S. (2017). Físicos negros: promovendo a diversidade por meio de associações. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 9(22), 206–227. Disponível em: ABPN Revista

Pereira, M. A., & Santos, T. P. (2019). Inteligência artificial e discriminação racial: desafios éticos e sociais. *Revista de Estudos Étnicos e Raciais*, 5(1), 89-104.

Silva, L. F., & Souza, R. A. (2020). Racismo Algorítmico e Discriminação Digital: desafios para a equidade racial na era da inteligência artificial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 32, 45-68.

# EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM AÇÃO: UM OLHAR SOBRE SABERES AFRO-BRASILEIROS NO ENSINO FORMAL

João Vitor dos Santos<sup>32</sup>  
Gustavo Machado Prado<sup>33</sup>  
Gino Santos Henrique<sup>34</sup>  
Gustavo Henrique de Farias Lopes Júnior<sup>35</sup>

A partir da promulgação da Lei no 10.639/2003 o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas tornou-se obrigatório, representando um avanço significativo no combate ao racismo e na valorização da história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica, consolidando a necessidade de uma educação comprometida com a equidade racial e com a superação das desigualdades históricas. No entanto, apesar do amparo legal, muitas instituições de ensino ainda enfrentam dificuldades para incorporar efetivamente os saberes afro-brasileiros em suas práticas pedagógicas, seja por ausência de formação continuada de professores, carência de materiais didáticos específicos ou resistência institucional. Nesse recorte, este trabalho tem como objetivo examinar propostas e práticas pedagógicas que incorporam saberes afro-brasileiros no ensino formal, por meio de uma revisão bibliográfica que se ancora em bases acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, com critérios de seleção voltados a textos publicados entre 2003 e 2024, que abordem práticas no contexto da educação básica alinhadas à educação das relações étnico-raciais. Foram identificadas 17 experiências pedagógicas, desenvolvidas majoritariamente em escolas públicas e com forte presença em disciplinas como Ciências, História, Artes e Língua Portuguesa. Essas práticas incluem o uso da literatura de autores negros, a valorização de religiões de matriz africana, o ensino da mitologia iorubá, a mediação de saberes tradicionais e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. A presença de rodas de conversa, oficinas culturais e análise crítica de textos também foi destacada como estratégia recorrente. Observou-se que a atuação docente tem papel central nas iniciativas, sendo muitas vezes impulsionada por professores(as) comprometidos(as) com a pauta antirracista, no entanto, a falta de apoio institucional e de políticas de formação continuada ainda limita a expansão e sistematização dessas práticas. Além disso, a maioria dos relatos encontrados refere-se a ações pontuais e projetos isolados, o que revela a necessidade de maior articulação entre teoria, prática e política educacional. Diante disso, conclui-se que as práticas analisadas revelam grande potencial transformador, mas a pouca quantidade de registros ao longo de duas décadas reforça a urgência de políticas públicas estruturantes e do fortalecimento da formação docente para consolidar uma educação antirracista nas escolas.

**Palavras-chave:** Currículo escolar. Práticas pedagógicas. Lei no 10.639/2003.

## Referências

---

<sup>32</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. joaovictordr.santo@gmail.com  
<sup>33</sup> Universidade Federal do Espírito Santo gmprado.gmp@gmail.com  
<sup>34</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. ginosantos7@gmail.com  
<sup>35</sup> Universidade Federal do Espírito Santo gustavojr2708@gmail.com

CARINE, Bárbara. *A cor do pensamento: Epistemologias negras e práticas pedagógicas antirracistas*. Pólen Livros, 2021.

FERREIRA, Aurinete Moura. Educação das relações étnico-raciais: práticas pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira. *Revista Educação e Emancipação*, v. 13, n. 3, p. 27-46, 2020.

GUIMARÃES, Selma Pimenta. Práticas pedagógicas e a Lei 10.639: desafios e possibilidades. *Curriculum sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 45-60, 2015.

NASCIMENTO, Sônia Beatriz Cruz do. Saberes afro-brasileiros e o ensino de ciências: aproximações possíveis. *Alexandria*, v. 10, n. 1, p. 121-142, 2017.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Políticas da diferença e práticas pedagógicas afrocentradas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 166, p. 518-537, 2017.

SILVA, Edson Lopes da. Educação e cultura afro-brasileira: práticas pedagógicas em escolas públicas da Bahia. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 15, p. 78-95, 2014.

## DISSONÂNCIAS COLONIAIS: REFLEXÕES SOBRE A RECEPTIVIDADE ESTUDANTIL A PRÁTICAS CULTURAIS

Ana Luiza Drummond<sup>36</sup>

Helena Assunção<sup>37</sup>

Márcia Cesário<sup>38</sup>

Este relato de experiência integra a IV Semana Integrada da Consciência Negra do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – campus São João Evangelista, que promoveu reflexões sobre diversidade cultural e combate ao racismo religioso. Direcionado aos estudantes do ensino médio integrado ao técnico, o evento buscou discutir a presença das culturas afro-brasileiras no currículo escolar e na vida cotidiana, incentivando uma educação antirracista, conforme a legislação brasileira. Em um contexto historicamente marcado pela invisibilização dos saberes de matriz africana, o evento visou ampliar a escuta e o diálogo, cumprindo a Lei 10.639/2003 e fortalecendo o papel da escola na desconstrução de preconceitos. Realizado entre novembro e dezembro de 2024, o evento exibiu o documentário Caboclos da Pedra (2024), dirigido por Nilmar Lage e Makota Wulangana (Ana Luíza Drummond), produzido pelo terreiro de Candomblé Angola, o Manzo Ngunzo Amazilemba. A exibição, para mais de 250 estudantes, foi seguida de um bate-papo com o zelador de inquices Tatetu Aladey, líder da comunidade retratada, e com a escritora Adriana Santana, autora de Das cinzas da senzala, o levante (2021), obra que dialoga com processos de resistência das populações afrodescendentes. A conversa, mediada pela professora Helena Assunção, buscou esclarecer dúvidas e aproximar os jovens do universo simbólico e filosófico das religiões afro-brasileiras, com foco na cultura bantu, base do terreiro de nação angola. Apesar do receio inicial dos organizadores quanto à recepção, dada a forte tradição católica local, os estudantes demonstraram grande interesse e engajamento. Desde o início da exibição, mostraram atenção e curiosidade, que se intensificaram no bate-papo, revelando desejo genuíno de compreender as tradições apresentadas. Destacou-se o interesse dos alunos de agropecuária pela relação entre espiritualidade e meio ambiente, percebendo conexões entre os ensinamentos tradicionais e o trabalho com a terra. Além disso, o evento possibilitou que estudantes compartilhassem experiências pessoais de silenciamento espiritual, sentindo-se acolhidos. As discussões prosseguiram em sala de aula, ampliando o debate e reforçando a importância de ações pedagógicas que não apenas denunciem opressões, mas também valorizem as epistemologias afro-brasileiras como parte essencial da formação dos estudantes.

**Palavras-chave:** Educação. Diversidade cultural. Racismo religioso. Epistemologias afro-brasileiras.

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

---

<sup>36</sup> IFMG-SJE. E-mail: ana.drummond@ifmg.edu.br

<sup>37</sup> IFMG-SJE. E-mail: helena.assuncao@ifmg.edu.br

<sup>38</sup> IFMG-SJE. E-mail: marcia.cesario@ifmg.edu.br

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB no 5/2011, aprovado em 4 de maio de 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category\\_slug=maio-2011&pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011&pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 jan. 2025.

BISPO DOS SANTOS, A. A terra dá, a terra quer. *Imagens de Santídio Pereira*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

FERNANDES, M. A. Heidegger, Scotus e o indivíduo. *Revista Sofia*. Vitória (ES), vol. 5, n. 2, ago.-dez., 2016, p. 352-382.

GOLDMAN, M. Do outro lado do tempo: sobre religiões de matriz africana. Rio de Janeiro, 7Letras, 2023.

QUIJANO, A. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estudos Avançados*, 6 (16), 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HGhkC4xVR3mfb8pythJphVG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 jan. 2025.

ULLMANN, R. A. Indivíduo. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 205-213, mai.-ago., 2009.

## RAÍZES E FRONTEIRAS: O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO PROMOTOR DA VALORIZAÇÃO RACIAL

Jamily Barbosa Vieira<sup>39</sup>  
Rariane Delpupo Vieira<sup>40</sup>

O presente trabalho analisa como o ensino de Geografia pode atuar como promotor da valorização racial no ambiente escolar. Fundamentado nas Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008, o estudo defende a urgência de uma prática pedagógica comprometida com a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), ultrapassando os limites do currículo eurocêntrico e da sociedade em seu pacto da branquitude. A partir da metodologia qualitativa, com base em revisão teórica e aplicação prática via aula de campo no centro de Vitória-ES, a pesquisa busca evidenciar a importância dos territórios negros como espaços de resistência e identidade. O percurso inclui territórios como o Museu Capixaba do Negro, Monumento à Dona Domingas, Escadaria Maria Ortiz, Igreja do Rosário, Convento de São Francisco, Bar da Zilda e a quadra da escola de samba Unidos da Piedade. Além da aula de campo, os estudantes elaboram cartilhas que têm como objetivo refletir seus aprendizados, vivências e percepções acerca das territorialidades negras. A proposta procura demonstrar que o ensino de Geografia, quando articulado com a ERER, possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico, fortalece a autoestima de estudantes negros, amplia o sentimento de pertencimento à sociedade e valoriza territórios e pessoas comumente marginalizadas perante ao corpo social racista. A Geografia escolar, sob essa perspectiva, torna-se um instrumento político e pedagógico que contribui para a valorização racial e promove uma educação antirracista. A partir de autores como Kabengele Munanga, Milton Santos, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e Maria Aparecida Bento, a pesquisa busca reforçar que não se trata apenas de cumprir uma obrigação legal, mas de transformar a escola em espaço de produção de saberes inclusivos, emancipatórios e antirracista. Sendo assim, o trabalho entende que o ensino de Geografia deve se comprometer com a luta por justiça social e racial, reconhecendo as múltiplas identidades que compõem o território brasileiro e atuando como promotor para sua valorização.

**Palavras-chave:** Geografia. Valorização racial. Educação antirracista. Educação das relações étnico-raciais.

### Referências

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira (PNBES). Niterói: EdUFF, 2000. (Cadernos PENESB, 5).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 15 mar. 1999.

---

<sup>39</sup> Ufes. [jamily.vieira@edu.ufes](mailto:jamily.vieira@edu.ufes)

<sup>40</sup> Ufes. [rariane.vieira@edu.ufes.br](mailto:rariane.vieira@edu.ufes.br)

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ANPOCS (Org.). Ciências sociais hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento. Petrópolis: Vozes, 2002.

## FILME ESTRELAS ALÉM DO TEMPO: UM DIÁLOGO ESCOLAR PARA PENSAR AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Julia Santos Gonçalves<sup>41</sup>  
Carlos Gilmar de Oliveira Brum<sup>42</sup>  
Sandra Kretli da Silva<sup>43</sup>

Este relato apresenta uma prática pedagógica realizada com turmas do 2º ano do Ensino Médio em uma escola pública estadual em Vila Velha – ES, no Dia Internacional da Mulher de 2025. A experimentação curricular consistiu na exibição do filme Estrelas além do tempo (2016), seguida de uma roda de conversa entre professores e estudantes ao longo de três encontros. O objetivo foi problematizar a presença de mulheres negras na Ciência, suas trajetórias, dores e desafios, além de refletir sobre os racismos, machismos e a segregação racial no contexto da NASA, nos Estados Unidos em 1961. Nesse processo de movimento de pensamentos, significações e múltiplas enunciações compartilhadas, problematizamos as permanências e as manifestações dessas estruturas discriminatórias na sociedade brasileira e nos cotidianos dos estudantes. Durante as trocas, os alunos expressaram percepções, sentimentos, os devires que os perpassaram, experiências pessoais de discriminação e conexão com a obra e, coletivamente, perceberam-se sujeitos imersos nesses processos. Discutimos também a importância da representatividade negra em espaços de prestígio, como a NASA, e em filmes que retratam sujeitos negros como potentes e pertencentes. As três protagonistas do filme, mulheres negras intelectuais, matemáticas, engenheiras e supervisoras, ocuparam territórios historicamente negados a elas. Questionamos juntos, a naturalização da ausência do protagonismo negro no cinema, visto que muitos estudantes desconheciam as histórias retratadas e relataram o impacto de verem representações que dialogam com suas existências, rompem com estruturas discriminatórias e os fazem pensar em diferentes futuros possíveis. A atividade permitiu a articulação entre cinema, educação e as determinações do Art. 2º, inciso I, da Resolução no 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece que “A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial [...]” (BRASIL, 2004). Concluímos que essa prática ampliou o repertório crítico dos estudantes, semeou seus movimentos sensíveis tecidos na coletividade, fortalecendo o debate sobre as Relações Étnico-Raciais no espaço escolar. Concordamos com Silva (2019), ao afirmar que ao nos encontrarmos com as imagens do cinema, é no entrelaçar de vozes, nas trocas e nos embates de pensamento que se desenham novos sentidos para a educação. Assim, a experimentação curricular revelou-se potente ao promover um ambiente de escuta, acolhimento e partilha do sensível, evidenciando a potência das imagens cinematográficas para ampliar os movimentos de invenções curriculares mais inclusivas, antirracistas e que se constituem com a diferença.

---

<sup>41</sup> Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. [julia.s.goncalves@edu.ufes.br](mailto:julia.s.goncalves@edu.ufes.br).

<sup>42</sup> Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. [gilmarcosjo@gmail.com](mailto:gilmarcosjo@gmail.com).

<sup>43</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. [sandra.silva@ufes.br](mailto:sandra.silva@ufes.br).

Palavras-chave: Educação das relações Étnico-Raciais. Cinema. Experimentação curricular. Roda de conversa. Educação básica.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ESTRELAS além do tempo. Direção: Theodore Melfi. [S.I.]: 20th Century Fox, 2016. 1 vídeo (127 min): son., color.

SILVA, Sandra Kretli. As imagens-cinematográficas como força que impulsiona o devir-pensamento no cotidiano escolar. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 283–300, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.44923>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/44923>. Acesso em: 4 jun. 2025.

## ANCESTRALIDADE E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA: UMA JORNADA DE MEMÓRIAS E SABERES

Aline Eduardo Machado<sup>44</sup>  
Fernanda Raquel Bulian Gasparini Schram<sup>45</sup>

A prática pedagógica apresenta uma sequência didática que articula os componentes de Ensino Religioso e Ciências, com o objetivo de promover o Tema Integrador 05 “Processo de Envelhecimento, respeito e a valorização da pessoa idosa” e o Tema Integrador 07 “Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena” do Currículo do Espírito Santo. Desenvolvida com turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, a proposta parte de uma abordagem interdisciplinar e crítica, baseada nos princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), da valorização dos saberes tradicionais e do reconhecimento da pluralidade de identidades presente nas famílias brasileiras. A sequência didática foi organizada em três etapas: a primeira, é uma sensibilização e discussão sobre ancestralidade, hereditariedade e cultura afrodescendente, por meio de vídeos e símbolos africanos como o Sankofa; a segunda, a realização de pesquisa genealógica junto aos familiares, especialmente os mais velhos, visando à construção de árvores genealógicas e ao resgate de memórias, trajetórias, etnias e saberes herdados; e, por fim, uma elaboração de um livro físico ou e-book intitulado “Eu e meus ancestrais”, reunindo as descobertas em forma de autobiografia, com textos, fotos e registros históricos pessoais. A prática valoriza a escuta ativa, a empatia e o fortalecimento dos vínculos intergeracionais, prezando a aproximação dos estudantes de suas histórias de vida e ampliando a percepção sobre a importância das pessoas idosas como guardiãs da memória coletiva. A abordagem da ancestralidade como conceito afrocentrado busca afirmar a potência dos saberes orais e espirituais, muitas vezes invisibilizados pela cultura escolar hegemônica, contribuindo para o enfrentamento do racismo religioso e estrutural. Além de desenvolver competências socioemocionais e habilidades curriculares em Ciências e Ensino Religioso, a proposta oportuniza o protagonismo juvenil, o letramento digital e a valorização da diversidade étnico-racial. Como culminância, os materiais produzidos podem ser apresentados no Dia da Família na Escola ou na Semana da Consciência Negra em escolas de educação básica, buscando o envolvimento de toda a comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Valorização da Pessoa Idosa. Ancestralidade. Hereditariedade. Identidade Étnico-Racial.

### Referências

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). (Secretaria da Educação). Orientações curriculares 2023. Site oficial do currículo do nosso Estado. Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/>. Acesso em: 24 setembro de 2023.

FERREIRA, I. Educação Intergeracional como Estratégia de Promoção do Envelhecimento Ativo: Análise de necessidades de uma comunidade local, enquanto

---

<sup>44</sup> Email: [aline.emachado@educador.edu.es.gov.br](mailto:aline.emachado@educador.edu.es.gov.br) – Instituição: SEDU

<sup>45</sup> Email: [fernanda.gasparini@educador.edu.es.gov.br](mailto:fernanda.gasparini@educador.edu.es.gov.br) - Instituição: SEDU

via fundamentadora de projetos relevantes e sustentáveis (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra). 2017.

EVARISTO, C. Igualdade Racial (In: 2º Congresso Estadual da Advocacia Negra), OABSP. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/jor-naldaadvocacia/24-03-28-1148-com-palestra-de-con-ceicao-evaristo-premio-benedicto-galvao-celebra-de-festa-da-equidade-advocacia>. Acesso em 28 de maio de 2024.

OLIVEIRA, G., Constelação AfroSistêmica. O que é ancestralidade e o que ela pode nos ensinar sobre nós mesmos. Diáspora Black. Disponível em: <https://diaspora.black/blog/cultura-negra/o-que-e-ancestra-lidade-e-o-que-ela-pode-nos-ensinar-sobre-nos-mesmos>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

PEIXOTO, C. E. Processos Diferenciais de Envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). Família e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PETIT, H.S. Pretagogia: Pertencimento, Corpo-dança afroancestral e Tradição Oral Africana na Formação de Professoras e Professores. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SILVA, A., Como a ancestralidade nos ensina a viver melhor. O futuro das coisas, o futuro visível para todos. Disponível em: <https://ofuturodascoisas.com/como-a-ancestralidade-nos-ensina-a-viver-melhor/>. Acesso em 22 de junho de 2022.

## "AFRO DICAS": GAMIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ozeias Guimarães Souza<sup>46</sup>

A experiência pedagógica "Afro Dicas" representa uma abordagem inovadora na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que articula gamificação e educação antirracista, desenvolvida no programa SEJA MAIS da EEEFM Saturnino Rangel Mauro, no Espírito Santo, como estratégia para implementação efetiva da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país. O projeto fundamenta-se na criação e aplicação de um jogo de tabuleiro interdisciplinar estruturado em quatro categorias temáticas (Geografia, Ciências, História/Personalidades e Cultura/Objetos/Alimentos), com sistema de pontuação progressiva baseado no número de dicas utilizadas pelos participantes, promovendo simultaneamente o engajamento lúdico e a construção de conhecimentos sobre a cultura e história afro-brasileira. A metodologia adotada privilegiou a interação dialógica, o protagonismo dos estudantes e a contextualização dos saberes ancestrais africanos e afro-brasileiros, estabelecendo conexões significativas com os conteúdos curriculares e as experiências cotidianas dos educandos, muitos dos quais retornaram aos estudos após longo período de afastamento. Os resultados quantitativos e qualitativos demonstraram a eficácia da proposta, evidenciada pela participação integral dos estudantes (100%), alto índice de engajamento (85%) e demonstração de conhecimentos significativos em pelo menos três categorias temáticas (90%), superando as expectativas iniciais quanto à receptividade e apropriação dos conteúdos. A experiência revelou que a gamificação, quando articulada a uma perspectiva crítica e emancipatória da educação das relações étnico-raciais, constitui ferramenta potente para desconstrução de estereótipos, valorização da diversidade cultural, fortalecimento identitário e desenvolvimento da consciência crítica sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira. Conclui-se que metodologias lúdicas e interdisciplinares representam alternativas viáveis e eficazes para superar os desafios tradicionais do ensino de relações étnico-raciais na EJA, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu pertencimento étnico-racial e capazes de atuar como agentes transformadores em seus contextos sociais, reafirmando o papel da educação como instrumento de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Relações Étnico-Raciais. Gamificação. Interdisciplinaridade. Cultura Afro-Brasileira; Lei 10.639/03.

### Referências

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História

---

<sup>46</sup> Mestrando em Novas Tecnologias na Educação na UniCarioca, Professor Coordenador de Estratégias de Equidade Racial na EEEFM Saturnino Rangel Mauro, Cariacica, ES.

e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS QUILOMBOLAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Noelia da Silva Miranda De Araujo<sup>47</sup>

Sayonara de Andrade Dutra<sup>48</sup>

Patricia Rufino Gomes Andrade<sup>49</sup>

O presente artigo apresentará duas experiências de formação docente voltadas à implementação de práticas pedagógicas antirracistas em comunidades quilombolas do Espírito Santo e tendo como fundamentos legais as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A pesquisa, realizada por Araújo e Rufino (2020), desenvolveu-se no território do Sapê do Norte, em Conceição da Barra/ES, com foco na formação colaborativa de professoras/es e lideranças quilombolas. A pesquisa de Dutra e Rufino (2025), foi conduzida em uma escola estadual que atende estudantes da comunidade quilombola de Graúna, no município de Marataízes/ES, investigando a eficácia dos Círculos de Cultura como metodologia decolonial aplicada ao contexto escolar. Ambas as experiências evidenciam a centralidade da escuta ativa, da oralidade, das narrativas pessoais e dos saberes ancestrais como práticas fundantes de uma pedagogia comprometida com a equidade étnico-racial para enfrentamento do racismo institucional na educação escolar quilombola. As pesquisas se ancoram em referenciais teóricos como Freire (2008) que fundamenta os Círculos de Cultura como espaços de diálogo e conscientização. Nilma Lino Gomes (2005) que discute a construção identitária negra no espaço escolar. Frantz Fanon (2008) que contribui com o conceito de alienação racial e ruptura com o colonialismo educacional. bell hooks (2017) reforça a importância da escuta sensível e o protagonismo discente. Santos (2006) propõe as epistemologias do sul como base para reconhecer os saberes tradicionais. Stuart Hall (1996), que problematiza as construções identitárias frente aos discursos hegemônicos. A pesquisa-ação como metodologia em ambas as investigações promoveram práticas educativas transformadoras em cenários de racismo institucional, ausência de políticas públicas para formação de professores/as e negação de ações antirracistas para estudantes quilombolas. Araújo e Rufino (2020) identificaram ausência de formação de professores/as com especificidades da educação quilombola e ausência de materiais didáticos afrocentrados. Já Dutra e Rufino (2025) demonstraram que os Círculos de Cultura fortaleceram o pertencimento racial dos estudantes, resultando em produções criativas como o podcast *Transformação Social*. Conclui-se que práticas educativas fundamentadas em saberes territoriais e culturais são potentes no combate ao racismo institucional e contribuem para a construção de uma educação libertadora e decolonial.

**Palavras-chave:** Educação escolar quilombola. Formação de professores. Equidade racial. Prática pedagógica. Pesquisa-ação.

## Referências

<sup>47</sup> Doutoranda em Educação-PPGPE/Ufes, membro do Grupo de pesquisa Territorialidade e Novas Mídias/Neab-Ufes. Atua na CEAFCR-CERER/PMV. E-mail: noelia.miranda@edu.ufes.br

<sup>48</sup> Mestra em Educação- PPGPE/UFES. E-mail: sayonara.a.dutra@gmail.com

<sup>49</sup> Doutora em Educação - Diversidade e Práticas Inclusivas (UFES). E-mail: patricia.andrade@ufes.br

ARAUJO, Noelia da Silva Miranda de. *Entrelaçando saberes e narrativas: formação de professoras/es e lideranças quilombolas em Conceição da Barra/ES*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10.639.htm#:~:text=LEI%20N%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A3ncias.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10.639.htm#:~:text=LEI%20N%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A3ncias.) Acesso em: 12 out. 2024.

DUTRA, Sayonara de Andrade. *Círculos de cultura no processo de construção de uma educação antirracista no ensino médio*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES, 2025. nº 11.645/08.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e identidade negra*. Autêntica, 2005.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. Cortez, 2006.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS RAÍZES INDÍGENAS E SUA BELEZA QUE PÔEM A NOSSA MESA

Daniela Torres da Silva<sup>50</sup>  
Desiane Cesário<sup>51</sup>

A crescente demanda por compreender e aplicar a Lei nº 11.645/2008 favorece a construção de uma memória coletiva plural. Ao planejar a sequência didática aqui relatada, já era evidente a necessidade de reconhecer que a cultura indígena é frequentemente silenciada. Essa percepção motivou o início de uma problematização com a turma do 4º ano da UMEF Rubem Braga, no município de Vila Velha – ES. A vivência partiu da observação de que muitas festas populares celebradas nos meses de junho e julho têm raízes alimentares na cultura tradicional indígena, evidenciando a urgência de trazer à tona esses saberes historicamente marginalizados. A proposta buscou investigar a relação entre cultura popular e os conhecimentos prévios das crianças, com ênfase na alimentação típica do período junino. Foram realizadas pesquisas, construção de listas de palavras e rodas de conversa em sala de aula. O objetivo foi reconhecer o grafismo indígena como uma linguagem de expressão cultural e relacioná-lo com os alimentos presentes nas festas juninas, a agricultura e a culinária indígena. Todas as crianças, inclusive as do público da Educação Especial, participaram ativamente por meio de práticas colaborativas em grupos e duplas. A metodologia adotada foi qualitativa, com observação participante e práticas pedagógicas ativas. As atividades foram planejadas a partir de contextos investigativos com questionamentos, experimentações artísticas, pesquisas guiadas e compartilhamento de saberes. As ações foram desenvolvidas de maneira interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de História, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática e Geografia, em consonância com a BNCC e com as devidas adaptações para garantir a participação de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência ou em processo de avaliação diagnóstica. A sequência iniciou com a pergunta "O que é grafismo?". Após assistir a vídeos explicativos, os alunos criaram desenhos baseados em suas impressões digitais e produziram tintas naturais com açafrão. A partir disso, discutiram comidas típicas e sua origem indígena, com destaque para o milho. Foram apresentados objetos como sementes e cabaças, explorando seus usos na cultura indígena. O encerramento contou com o apoio das famílias em uma partilha coletiva de alimentos, momento em que as crianças escreveram, revisaram e compartilharam palavras relacionadas ao tema. A participação ativa das crianças da Educação Especial foi garantida por meio de adaptações, apoio na comunicação e ampliação do tempo pedagógico. A experiência resultou no fortalecimento da identidade cultural, no desenvolvimento da leitura e escrita e no reconhecimento do protagonismo indígena, promovendo uma educação verdadeiramente intercultural e inclusiva.

**Palavras-chave:** Cultura indígena. Grafismo. Alimentação. Educação inclusiva. Interdisciplinaridade.

---

<sup>50</sup> Rede Municipal de Vila Velha – ES. [incluiratividadeseprojetos@gmail.com](mailto:incluiratividadeseprojetos@gmail.com)

<sup>51</sup> Rede Municipal de Vila Velha – ES. [desiane.io@gmail.com](mailto:desiane.io@gmail.com)

## **Referências**

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 49, p. 1, 11 mar. 2008. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

# DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES COM A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA QUILOMBOLA

Edineia Ventura<sup>52</sup>  
Marileide Gonçalves França<sup>53</sup>

O desenvolvimento de práticas curriculares com a literatura infantil afro-brasileira no âmbito escolar se articula ao processo de materialização da Lei 10.639/03, que busca realizar o enfrentamento ao racismo, reconhecer e valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana. Tais práticas, também se vinculam à educação escolar quilombola, que assegura o direito a uma educação que esteja articulada a vivências, memórias, saberes ancestrais e culturas africanas e afro-brasileira, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012). Contudo, a implementação de tais legislações nas práticas pedagógicas das escolas, ainda se constitui um grande desafio. Diante desse contexto, esta pesquisa, tem como objetivo analisar a literatura afro-brasileira nas práticas curriculares da Escola de Ensino Básico de Monte Alegre – ES. Para embasamento teórico, nos apoiamos nas contribuições dos autores da área da educação das relações étnico-raciais, da Educação escolar quilombola e da literatura afro-brasileira, dentre os quais podemos destacar: Munanga (2009), Gomes (2002), Arruti (2017), Brookshaw (1983), Oliveira (2005), entre outros. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo pesquisa participante, ainda em andamento. Elegemos como instrumentos de produção de dados a consulta documental, entrevista semiestruturada, observação participante e diário de campo. A pesquisa propõe ainda, a construção coletiva e desenvolvimento de um projeto voltado à literatura infantil no contexto de uma turma da escola quilombola. Para análise de dados, elegemos a análise de conteúdo. Os sujeitos participantes são docentes, gestores/as escolares e membros da comunidade quilombola pesquisada. Para início do estudo, realizamos uma revisão de literatura com buscas na BDTD, CAPES, nas revistas SciELO e ABPN, utilizando os descriptores: literatura infantil afro-brasileira, lei nº 10.639/2023, racismo e educação escolar quilombola. Encontramos 19 estudos vinculados à temática. As análises apontam a literatura afro-brasileira como um instrumento que auxilia na construção da identidade negra e mobiliza a escola rumo a uma educação antirracista. Revelam, a necessidade do desenvolvimento de práticas que promovam a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas quilombolas, reafirmando a literatura infantil afro-brasileira articulada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, favorece o enfrentamento do racismo contribuindo para uma educação crítica e democrática.

## Palavras-chave:

Educação Escolar Quilombola. Lei 10.639/03. Literatura infantil afro-brasileira. Práticas curriculares.

## Referências

<sup>52</sup> Mestranda na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. pretinhaventura@gmail.com

<sup>53</sup> Orientadora, Universidade Federal do Espírito Santo. leidemary8@gmail.com

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, jan/abr, 2017.

BRASIL. Lei 10.639/03. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas**. Brasília, 2003. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília 20 de novembro de 2012.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1983.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas, por que não?** Boletim da UFMG, Belo Horizonte, n.1347, mai. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009. 112 p.

OLIVEIRA, Ana Arlinda de. A literatura infantil no contexto escolar atual. In OLIVEIRA, Ana Arlinda de. **Leitura, literatura infantil e doutrinação da criança**. Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso: Entrelinhas, 2005.

## PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA: EXPERIÊNCIAS DO NEABI IFES – VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Antônio Carlos Barbosa Júnior<sup>54</sup>

Edson Kretle dos Santos<sup>55</sup>

Isabelly Pocidonio da Silva<sup>56</sup>

Marcus Vinícius Soares da Costa<sup>57</sup>

Suzana Grimaldi Machado<sup>58</sup>

O presente trabalho apresenta as ações educativas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Venda Nova do Imigrante (Ifes VNI) durante o Mês da Consciência Negra de 2024. As atividades tiveram como objetivos centrais: promover a reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil e valorizar as contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros. O Neabi Ifes VNI foi criado em 2017 e desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo (IFES, 2018) e atua em conformidade com a Lei nº 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003). O trabalho do Neabi busca contribuir para a construção de uma educação antirracista e o reconhecimento da população negra como sujeito histórico e cultural. A programação do mês da consciência negra de 2024 no Ifes VNI contou com uma aula ministrada pelo professor M'Bana N'tchigna (Guiné-Bissau), que abordou, sob uma perspectiva decolonial e interdisciplinar, aspectos históricos, geográficos e culturais dos povos africanos. Foram promovidas também, rodas de conversa conduzidas pelo servidor Antônio Barbosa, com base no curta-metragem “Vista Minha Pele”, que fomentaram diálogos sobre desafios enfrentados pela população negra e manifestações de racismo no ambiente escolar. O Neabi articulou ainda palestras em escolas da região, conduzidas pelo professor Edson Kretle, contribuindo para o aprofundamento da temática racial em diferentes contextos educacionais. Destaca-se também a participação dos estudantes do campus na I Olimpíada Brasileira de Relações Étnico-Raciais, Afro-Brasileiras, Africanas e Indígenas (OBERERI), sob orientação do professor Marcus Vinícius da Costa, fortalecendo o protagonismo estudantil na construção de saberes antirracistas. A programação cultural buscou valorizar expressões artísticas da cultura negra e promover reflexões sobre a temática étnico-racial. A realização de uma roda de samba, representou a identidade afro-brasileira e trouxe conhecimento sobre a história da resistência negra no país por meio do samba. As apresentações musicais

---

<sup>54</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. Email: antonio.junior@ifes.edu.br

<sup>55</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. Email: edson.santos@ifes.edu.br

<sup>56</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. Email: isabelly.silva@ifes.edu.br

<sup>57</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. Email: marcus.costa@ifes.edu.br

<sup>58</sup> Instituto Federal do Espírito Santo. Email: suzana.machado@ifes.edu.br

com canções como “Blackbird” (The Beatles), “They Don’t Care About Us” e “Black or White” (Michael Jackson) proporcionaram reflexões sobre justiça social, igualdade racial e diversidade. Em uma região historicamente marcada por uma visão eurocêntrica, o trabalho do Neabi Ifes VNI evidencia o compromisso com a valorização e afirmação cultural dos povos africanos e afro-brasileiros, além de contribuir para a formação de uma consciência crítica por meio de práticas educativas antirracistas.

**Palavras-chave:** Cultura afro-brasileira. Relações étnico-raciais. Educação antirracista.

## Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial da rede de ensino e outros dispositivos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – Campus Venda Nova do Imigrante. **NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas**. Dez. 2018. Disponível em: [https://vendanova.ifes.edu.br/institucional/16570-neabi\\_nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas?showall=1](https://vendanova.ifes.edu.br/institucional/16570-neabi_nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas?showall=1). Acesso em: 06 jun. 2025.

# PROJETO EMBAIXADORES PRÓ ERER: UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO ESCOLAR CONTRA O RACISMO

Vivian Renata da Silva dos Santos<sup>59</sup>

O Projeto Embaixadores PRÓ ERER, iniciado pelo Grupo de Trabalho para a Educação das Relações Étnico-Raciais (GT-ERER) e atualmente sob responsabilidade da Coordenação de Equidade e Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, tem como objetivo consolidar práticas pedagógicas antirracistas nas unidades da rede pública municipal. Diante da carência na formação docente para lidar com a diversidade étnico-racial e da permanência de conteúdos eurocêntricos nos materiais didáticos, o projeto propõe ações articuladas de sensibilização, formação e acompanhamento pedagógico, com foco na valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena. Fundamentado nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o projeto visa transformar o ambiente escolar em um espaço mais justo e inclusivo. A estratégia central consiste na indicação de professores embaixadores, representantes das unidades escolares, que recebem formação específica e atuam como multiplicadores das ações antirracistas em suas comunidades escolares. Ao longo do ano letivo, esses embaixadores promovem reflexões sobre a equidade racial, desenvolvem práticas educativas e contribuem para a desconstrução de preconceitos historicamente arraigados. O projeto culmina em um seminário de boas práticas, no qual são socializadas experiências pedagógicas exitosas, fortalecendo a rede de apoio à educação antirracista. A iniciativa é essencial para o fortalecimento da identidade de estudantes negros(as), para a promoção da autoestima e para o enfrentamento do racismo estrutural. Além disso, contribui para a construção de um currículo mais plural, representativo e comprometido com os princípios da equidade. Por meio da articulação entre gestão escolar, formação continuada e prática pedagógica, o Projeto Embaixadores PRÓ ERER reafirma o papel da escola como espaço estratégico na transformação social. Trata-se de uma experiência concreta que promove a efetivação da educação das relações étnico-raciais como eixo estruturante da prática educativa e política pública essencial para a valorização da diversidade e o combate às desigualdades étnico-raciais no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Antirracismo. Formação docente. Práticas pedagógicas. Embaixadores PRÓ ERER.

## Referências

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394/1996,

<sup>59</sup> Prefeitura Municipal de Cariacica. vivian.santos1986@outlook.com.

modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

CARIACICA (ES). *Lei nº 5.465, de 22 de setembro de 2015*. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Cariacica – PMEC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/L54652015.html>. Acesso em: 6 maio 2023.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 9– 16.

# ARTE PÚBLICA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A RÉPLICA DA ESCULTURA DE DONA DOMINGAS COMO AÇÃO PEDAGÓGICA EM VITÓRIA-ES

Fabíola Fraga Nunes<sup>60</sup>  
Giuliano de Miranda<sup>61</sup>

Este trabalho analisa a ação de entrega e instalação da réplica da escultura Dona Domingas, de autoria do artista Carlo Crepaz, à Escola da Ciência, Biologia e História (ECBH), localizada no Sambão do Povo, em Vitória-ES. A ação é interpretada como uma prática inovadora de educação patrimonial e inclusão simbólica, que ressignifica o papel do monumento no espaço urbano e educativo. A escultura original, instalada na Avenida Jerônimo Monteiro, é emblemática para o bairro de Santo Antônio e para a cidade de Vitória, por representar uma mulher negra trabalhadora - figura histórica e afetiva de grande relevância para a identidade local e a memória coletiva da comunidade. A réplica foi produzida em tecnologia tridimensional (3D) pelo Laboratório de Extensão e Pesquisa em Arte (Leena/UFES), em uma iniciativa que alia pesquisa tecnológica e ação social. Entregue à ECBH em abril de 2024, a miniatura passou a integrar o acervo permanente da escola, materializando uma proposta pedagógica interdisciplinar que articula as artes visuais, a história local, as questões étnico-raciais e a memória coletiva. A miniaturização da escultura monumental possibilita uma fruição tátil e visual acessível a diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência visual, ampliando o alcance do patrimônio cultural e abrindo caminhos para práticas educativas inclusivas e sensíveis à diversidade. A iniciativa se insere no campo da chamada “arte pública expandida”, conceito que amplia a função tradicional do monumento enquanto marca urbana para além da visibilidade estética, colocando-o como mediador de processos sociais, formativos e políticos. Dessa forma, o monumento de Dona Domingas ultrapassa a dimensão simbólica da representação, tornando-se ferramenta ativa de empoderamento, reconhecimento e fortalecimento identitário para a população negra e para a comunidade escolar. A entrega da réplica à escola pública representa uma iniciativa pedagógica de reconhecimento, democratização e descentralização do acesso aos bens culturais, pois desloca o patrimônio artístico do seu contexto urbano original para o ambiente educativo, promovendo sua apropriação coletiva e situando o monumento no cotidiano da escola. A ação ressignifica a escultura enquanto instrumento de mediação cultural, ampliando seu alcance e relevância para novas gerações, ao fomentar o pertencimento e a produção de conhecimento situado. A pesquisa reflete sobre os impactos simbólicos e pedagógicos da miniaturização e da redistribuição do patrimônio artístico, discutindo como a arte pública pode se transformar em prática educativa e em estratégia de inclusão social.

**Palavras-chave:** Dona Domingas. Arte pública. Educação patrimonial. Relações Étnico-raciais. Tecnologia 3D.

---

<sup>60</sup> Email: [fragafabiola02@gmail.com](mailto:fragafabiola02@gmail.com) – Universidade Federal do Espírito Santo/PPGA/FAPES

<sup>61</sup> Email: [giulianohistoria@hotmail.com](mailto:giulianohistoria@hotmail.com) – Universidade Federal do Espírito Santo/PPGA/FAPES

# ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA CRIANÇAS POMERANAS: IDENTIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Erineu Foerste<sup>62</sup>  
Josiane Arnholz Plaster<sup>63</sup>  
Tailor Raniere Waiandt<sup>64</sup>  
Marineuza Plaster Waiandt<sup>65</sup>

Este estudo analisa o ensino da Língua Portuguesa para crianças da comunidade pomerana e propõe reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas no contexto da Educação das Relações Étnico-Raciais. A Lei 10.639/2003 trouxe avanços significativos ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, promovendo um ambiente educacional mais diverso e respeitoso para todas as etnias. As experiências observadas em escolas do campo em Santa Maria de Jetibá (ES) evidenciam que a valorização da língua materna e da identidade cultural contribui significativamente para a alfabetização e o sentimento de pertencimento dos alunos. A abordagem histórico e cultural fortalece os processos de aprendizagem, permitindo que grupos historicamente marginalizados se reconheçam dentro do currículo escolar. Embora inicialmente focada na população afro-brasileira, essa legislação abriu precedentes para a inclusão de outras identidades étnicas, como a pomerana, nos debates sobre pluralidade cultural e representatividade na educação. A conexão dessa política com medidas amplas de promoção da igualdade, como o Decreto 6.040/2007, evidencia a necessidade de estratégias que incentivem o reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais. No caso das crianças pomeranas, a inclusão da língua e da cultura pomerana no processo pedagógico favorece não apenas a alfabetização em português, mas também o fortalecimento da identidade e da autoestima dos alunos, contribuindo para um ensino mais humanizado e democrático. Ao considerar a trajetória de diferentes grupos étnicos no Brasil e em Moçambique, percebe-se que a criação de pontes interculturais é essencial para consolidar uma pedagogia que respeite e celebre a diversidade. A escola, como espaço de formação crítica e cidadã, tem o papel de garantir que todas as crianças possam acessar um ensino que reflete sua cultura, seus saberes e sua história. A promoção de uma educação antirracista e inclusiva não apenas fortalece os laços sociais, mas também possibilita um aprendizado mais significativo, formando cidadãos conscientes da pluralidade cultural que compõe a sociedade.

**Palavras-chave:** Relações Étnico-Raciais. Língua Pomerana. Povo Tradicional. Pomerano. Educação.

## Referências

---

<sup>62</sup>Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). erineufoerste@gmail.com.

<sup>63</sup>Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). josianearnholz@gmail.com.

<sup>64</sup> Professor do Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (UniFAVENI). Doutorando em EDUCIMAT no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). tailorranierewaiandt@gmail.com.

<sup>65</sup> Presidente do Instituto Memorial Pomerano Waiands Huus. marineuzaplaste@hotmail.com.

BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 10 jun. 2025.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Editora Porto, 1994.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

FOERSTE, Erineu; BORN, Joachim; DETTMANN, Jandira Marquardt. Língua pomerana na escola: práticas docentes e diversidade linguística. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240011>. Acessado em 10 de junho de 2025.

FOERSTE, Erineu et al. *Educação do campo: saberes e práticas*. Vitória: EDUFES, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 84a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

## EU SOU PRETAGONISTA

Valeska Maria Mathias<sup>66</sup>

O presente trabalho apresentado busca socializar o trabalho desenvolvido no ano letivo de 2024, na EMEF São Diogo, localizada no Município de Serra-ES. O projeto desenvolvido através do componente curricular de Artes, fundamentado no basilar na lei 10.639 de 2003, com a temática, "Eu sou PRETAGonista", teve como objetivo apresentar aos/as estudantes personalidades negras, auxiliando na construção de identidade negra num viés positivo, diferentemente do que lhes é apresentado pelos livros didáticos e/ou grandes mídias. Como referencial teórico foi utilizado Agostinho (2021), Bento (2022) entre outros/as, utilizando a metodologia de projetos e como recursos a literatura negra, jogos afrocentrados e musicalidade, no primeiro momento, projeto foi desenvolvido na perspectiva da ancestralidade que apresentar personalidades que lutaram pelo fim da escravização, contra o racismo, por respeito e equidade. Estas personalidades foram apresentadas por contação de histórias e desenho, atreladas às técnicas de artes do lambe-lambe e ilustração. Posteriormente, foram apresentados OS PRETAGonistas contemporâneos, foi promovida a apresentação de personalidades atuais, em diversos campos de atuação. Esta etapa do projeto foi articulada com entrevistas, roda de conversas e observações sendo convidados: artista gráfico, escritora de literatura infanto-juvenil, docente universitário entre outras personalidades, para este momento foi apresentado jogos afrocentrados, leituras de biografias dos convidados e atividades diversificadas onde a abordagem principal é a cultura do continente africano e o protagonismo negro positivo dentro da história. Neste sentido, podemos contemplar o resultado foi satisfatório, atingindo os objetivos, onde uma escola que a maioria dos alunos no censo se autodeclarou negros (pretos e pardos) se sentiu representada. Todas as ações foram bem aceitas, culminando numa apresentação do final do ano com excelente adesão e premiação no AFROCEBRARTE promovido pela Secretaria Municipal de Serra-ES, pelo setor de Coordenação das Relações Étnico-Raciais.

**Palavras-chave:** Ptagonista. Identidade Negra. Ancestralidade.

### Referências

AGOSTINHO, Elbert (org.). **Negritude, poderes e heroísmos**: estudos sobre representações e imaginários nas histórias em quadrinhos. Rio de Janeiro: Editora Conexão 7, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (org.). **Regras (in)Confidências**,

---

<sup>66</sup> Professora de Arte da Rede Municipal de Vitória e Serra, Técnica Referência para Professores/as de Arte da Rede Municipal de Vitória. Homenageada das 6 edições do AFROCEBRARTE (PMS); Nome da 3a Edição AFROCEBRARTE. Email: valeskamaria@gmail.com

**Bullying não. Isto é racismo:** mulheres negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10.639/03. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## CARMÉLIA MARIA DE SOUZA NA EJA VITÓRIA: APAGAMENTO E RACISMO TERRITORIAL

Jussara da Silva Baptista<sup>67</sup>  
Juliana Bernardino Bello<sup>68</sup>

Este relato de experiência apresenta uma Atividade Curricular Complementar desenvolvida na EMEF EJA Admardo Serafim de Oliveira, em Vitória/ES, com foco na vida e obra de Carmélia Maria de Souza. Mulher negra e LGBT, Carmélia foi uma figura transgressora nos anos 1950 e 1960, mas sua contribuição literária segue pouco reconhecida. O trabalho foi conduzido de forma interdisciplinar entre História e Língua Portuguesa, e inspirado na pedagogia freireana, priorizou a leitura crítica da realidade por meio do diálogo entre a trajetória da escritora e a vivência dos educandos da EJA. Após o estudo de sua biografia e de vídeos, os alunos analisaram sua obra *Vento Sul*, uma coletânea de crônicas organizada por Amylton de Almeida. A partir desse material, refletiram sobre a cidade de Vitória, tema frequente nas crônicas da autora, ora adorada, ora criticada, retratada com ironia e denúncia social. Os estudantes revisitaram a Vitória das décadas de 1950 a 1970, comparando as transformações no espaço urbano e o processo de segregação socioespacial, especialmente o deslocamento da população negra para áreas periféricas, como onde vivem. Como desdobramento, produziram crônicas e poesias sobre locais afetivos da capital, ilustradas com fotos antigas e atuais, construindo narrativas próprias. A culminância envolveu reflexões sobre identidade, memória e racismo territorial, com destaque para o abandono do Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, localizado em uma região empobrecida de maioria negra. O projeto reforça os princípios de Paulo Freire ao promover uma educação crítica, libertadora e comprometida com os oprimidos, valorizando suas histórias e seus territórios.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Racismo territorial. Carmélia Maria de Souza. Paulo Freire.

### Referências

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.  
ALMEIDA, Amylton de. *Vento Sul*. Vitória: Fundação Cecílio Abel de Almeida, 2004.
- SOUZA, Carmélia Maria. Crônicas selecionadas. In: ALMEIDA, Amylton de (Org.). *Vento Sul*. Vitória: Fundação Cecílio Abel de Almeida, 2004.

---

<sup>67</sup> PMVV. jsbaptista@prof.edu.vitoria.es.gov.br.

<sup>68</sup> PMVV. jbbello@prof.edu.vitoria.es.gov.br.

## **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O CONGO NA COMUNIDADE DE MANGUINHO**

Tamiris Souza de Oliveira<sup>69</sup>

O trabalho aqui exposto visa apresentar uma prática pedagógica desenvolvida em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da Serra-ES no ano de 2024. Tal ação teve como objetivo proporcionar às crianças experiências com o Congo, que se constitui como uma das principais manifestações culturais locais, pois se entende que a educação antirracista e integral na Educação Infantil é mediada também a partir da comunicação ocorrida com seu território de origem. A escolha deste tema se deu por perceber que mesmo sendo forte a cultura do Congo na comunidade, é perceptível que algumas famílias apresentam resistência ao se deparar com o tema sendo desenvolvido a partir de práticas pedagógicas no CMEI. Tal atitude reafirma a reflexão de Eliane Cavalleiro (2012, p.13) ao ressaltar que “o preconceito racial no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos e, em algumas situações, atitudes supostamente positivas contra negros, apoiadas em conceitos ou opiniões não fundamentadas no conhecimento [...].” Desta forma, proporcionar para as crianças ações que contemplam a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir do seu território é uma possibilidade de combater situações de preconceito e desvalorização da influência da população negra e indígena no território da Serra. Assim, considerando a relação que a unidade de ensino deve estabelecer com seu território e a potencialidade de aproximar a história do Congo capixaba com as crianças, foi utilizada para a prática pedagógica apresentada, a obra “A descoberta de Alika” da escritora Rafaela. A escolha deste livro consistiu em trazer elementos disparadores sobre a memória e cultura serrana para dialogar com oficinas de músicas e ritmo com o Capitão da Banda de Congo “Jovem de Manguinhos”. A partir desses momentos de circularidade e ao considerar o sentimento de pertencimento, curiosidade e cuidado com o ambiente e história que circunda o CMEI, essa ação desenvolvida, contempla o que preconiza as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no que tange a valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e resgata a pertença da comunidade com realização do Cortejo de Congo no entorno do CMEI com a participação das famílias. Esse movimento pedagógico possibilitou a conservação e o fortalecimento da memória e ancestralidade viva no território do CMEI.

**Palavras-chave:** Antirracismo. Educação Infantil. Congo. Literatura. Prática pedagógica

### **Referências**

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.

---

<sup>69</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. tami.olive30@gmail.com.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

## **RECONHEÇA: UMA JORNADA DE AUTOCONHECIMENTO RACIAL COMO EIXO INTEGRADOR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À FORMAÇÃO HUMANA**

Ana Júlia Fonseca Costa e Silva<sup>70</sup>  
Dionatan Queiroz Garcia de Paula<sup>71</sup>  
Larissa Silva França<sup>72</sup>  
Yves Figueiredo de Oliveira<sup>73</sup>

O projeto interdisciplinar intitulado “Reconheça: Uma Jornada de Autoconhecimento Racial” foi desenvolvido na 1a série do Ensino Médio regular noturno da EEEM Augusto Ruschi, localizada em Viana, no estado do Espírito Santo, como prática pedagógica vinculada às diretrizes do Plano Estadual de Educação e do Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais (ProERER). Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com aproximação na abordagem quantitativa, fundamentada nos parâmetros da pesquisa-intervenção. Com base nos princípios da Pedagogia Crítica, buscou-se promover reflexões críticas sobre identidade, pertencimento e autoconhecimento racial. A proposta envolveu a integração das disciplinas de Sociologia, Química, Língua Portuguesa e Educação Física, com o objetivo de valorizar a cultura negra, desconstruir estereótipos raciais e ampliar o senso de pertencimento dos estudantes. A partir de um diagnóstico inicial, realizado por meio de um questionário socioeconômico e de autodeclaração racial, identificou-se como os alunos se reconheciam racialmente e quais elementos influenciavam suas autopercepções. Ao longo das atividades, foram explorados temas como a classificação racial no Brasil, os impactos dos estereótipos na subjetividade, a representatividade cultural e científica dos corpos negros, além do racismo estrutural no esporte, com destaque para o caso do atleta Vinícius Júnior. A sequência didática incluiu aulas expositivas, rodas de conversa, análise de dados e produção coletiva a partir da reconstrução de jogos de cartas existentes. Os jogos “Cara a cara étnico racial”, “Perfil” e “Um no” foram confeccionados com a participação direta dos estudantes no processo criativo. Ao final, reaplicou-se o questionário inicial para verificar possíveis transformações na percepção racial dos estudantes e como resultado parcial, observou-se maior engajamento dos alunos nas discussões sobre raça e identidade. A prática contribuiu para a construção de um ambiente escolar mais representativo, no qual os estudantes puderam reconhecer suas origens, valorizar seus traços e se expressar com liberdade. A iniciativa dialoga diretamente com o eixo “Práticas pedagógicas na educação básica a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais”, pois propõe uma ação concreta de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade racial no espaço escolar. Com isso, reafirma-se a importância da educação como ferramenta de transformação social e de construção da identidade racial de forma crítica, consciente e emancipadora.

**Palavras-chave:** Identidade racial. Educação antirracista. Interdisciplinaridade. Representatividade. Ensino Médio.

---

<sup>70</sup> anajuliafonsecx@gmail.com.

<sup>71</sup> dionatan.queiroz1011@gmail.com.

<sup>72</sup> larissaf33@gmail.com.

<sup>73</sup> lpyves@gmail.com

## Referências

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 30 maio 2025.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO, R. F.; DARIZ, M. R.; PINHEIRO, S. S.; Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação, Rio Grande do Sul, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <[https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5816/Discutindo\\_pesquisas\\_do\\_tipo\\_intervencao\\_pedagogica.pdf;jsessionid=FBA2E5511698654B0BE4F6673A6D0B](https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5816/Discutindo_pesquisas_do_tipo_intervencao_pedagogica.pdf;jsessionid=FBA2E5511698654B0BE4F6673A6D0B)?sequence=1>. Acesso em: 30 maio 2025.
- SILVEIRA, R., transl. FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador. EDUFBA, 2008.
- GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2013.
- MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

## **EIXO 3 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR**

### **ANTIRRACISMO E DECOLONIALIDADE: A GEACIQ/CEAFRO E OS SEUS DESAFIOS FRENTE A COLONIALIDADE E O RACISMO NA EDUCAÇÃO**

Felipe Gonçalves Vieira<sup>74</sup>  
Helen Moura Pessoa Brandão<sup>75</sup>

Na urgência de ampliação dos debates acerca da colonialidade/decolonialidade e do antirracismo, faz-se necessário fomentar entre os pares e para a comunidade, pesquisas que possam abrir horizontes epistemológicos, bem como, dialogar com outras epistemologias que reexistem à noção europeia de civilização. Assim, este projeto propõe cartografar as experiências dos sujeitos responsáveis pela Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro), como membros da Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq), a partir da gestão vigente desde o ano de 2023, diante a colonialidade e o racismo na educação pública. Como proposta teórica foram utilizadas as referências encontradas em pesquisadores(as) dos estudos decoloniais como Catherine Walsh (2009), Aníbal Quijano (2009) e Nelson Maldonado-Torres (2016) e em relação aos estudos sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, Raça e Racismo, autores(as) como Nilma Lino Gomes (2003, 2012), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), Grada Kilomba (2019) e Kabengele Munanga (2003a, 2003b). Para a realização da pesquisa-intervenção cartográfica serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, análise documental e o diário de campo para produção de pistas e discussão de dados, segundo o método da cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015; Passos; Kastrup; Tedesco, 2016). Os objetivos específicos compreendem investigar as relações entre colonialidade e decolonialidade na gestão da Geaciq entre os anos de 2023 e 2024; analisar as influências teóricas, políticas e acadêmicas dos responsáveis pela Geaciq/Ceafro, no contexto da organização do curso em Letramento Racial; produzir narrativas sobre como o processo de organização, promoção e realização do curso em Letramento Racial afetou subjetivamente os participantes e problematizar os impactos gerados pela gestão vigente da Geaciq/Ceafro na Sedu e nas trajetórias pessoais e profissionais de seus membros. Nas primeiras aproximações com o campo problemático da pesquisa, a partir da análise inicial das ações socializadas no site da Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu, 2025), encontram-se pistas que indicam um importante posicionamento antirracista da Geaciq/Ceafro. Assim, espera-se compreender como as experiências cartografadas a partir das ações da Geaciq/Ceafro diante dos desafios em se propor políticas afirmativas decoloniais/antirracistas impactam na formação das subjetividades durante as trajetórias como membros desta gestão.

---

<sup>74</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (campus de Alegre). [felipegvh@hotmail.com](mailto:felipegvh@hotmail.com)

<sup>75</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (campus de Alegre). [helen.brandao@ufes.br](mailto:helen.brandao@ufes.br)

Palavras-chave: Decolonialidade. Colonialidade. Educação Antirracista. Cartografia. Geaciq.

## Referências

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-cultural. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p.66-75. In: **Diversidade na educação: reflexões e experiências.** [s.l: s.n.]. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade\\_universidade.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf)

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005> Acesso em: 02 jun. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio De Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 2016, vol 31, n 1, p 75 a 99

MUNANGA, Kabenguele. Algumas considerações sobre Diversidade e Identidade Negra no Brasil. In: Ministério da Educação. **Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003a. Disponível em: [https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade\\_universidade.pdf](https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf) Acesso em: 02 jun. 2025.

MUNANGA, Kabenguele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 2003b. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noções-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia (ORG). **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. Vol. 2, Porto Alegre: Sulina, 2016, 310 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESSES, Maria Paula (ORG). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedia. 2009, p. 73-191.

SEDU. Secretaria da Educação, 2025. **Sedu realiza formação dos Professores Coordenadores de Estratégias para Equidade Racial.** Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-realiza-formacao-dos-professores-coordenadores-de-estrategias-para-equidaderacial#:~:text=%20a%C3%A7%C3%A3o%20integra%20as%20atividades%20da%20Comiss%C3%A3o,a%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20diversidad>

e%20no%20ambiente%20escolar. Acesso em: 02 jun. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico raciais no Brasil. Educação**, Porto Alegre, V. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (ORG). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. 2009.

## AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UENF: ACESSO E PERMANÊNCIA

Mateus Augusto Almeida Martins<sup>76</sup>  
Shirlena Campos de Souza Amaral<sup>77</sup>

O presente trabalho analisa o papel das ações afirmativas para o acesso e a permanência de estudantes negros(as) nos cursos de pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Ações afirmativas, neste contexto, são compreendidas como um conjunto amplo de políticas, programas e medidas destinadas a promover o bem-estar social e a assegurar direitos essenciais - civis, políticos, sociais e culturais -, a grupos que foram ou são alvo de discriminação, não se restringindo apenas à reserva de vagas. No cenário brasileiro, a implementação dessas políticas, como as cotas raciais, representa um esforço fundamental na busca pela equidade e justiça social, visando corrigir assimetrias históricas decorrentes de séculos de escravidão e discriminação racial. Embora avanços notáveis tenham sido alcançados no ensino superior em âmbito da graduação, a pós-graduação ainda apresenta desafios significativos em termos de representatividade de estudantes negros(as). É crucial reconhecer que o acesso e a permanência nesse nível educacional transcendem a mera ascensão acadêmica, funcionando como pilares para a mobilidade social, a produção de conhecimento diversificado e a formação de lideranças capazes de impulsionar a transformação social. Para tanto, a pesquisa se baseia nas contribuições teóricas de Amaral (2021a, 2021b), Silvério (2005, 2009) e Venturini (2019, 2021). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. A constituição dos dados se dá mediante pesquisas bibliográfica, documental e de campo, a partir de grupo focal, entrevistas, observação e diário de campo, permitindo uma compreensão aprofundada das experiências dos sujeitos e das nuances das políticas institucionais. Por sua vez, a análise de conteúdo será a abordagem escolhida para a apreciação dos dados. A literatura enfatiza a importância de estudos que investiguem o acesso e a permanência de estudantes negros(as) no ensino superior via ações afirmativas, indo além da análise de documentos normativos e abrangendo as vivências dos envolvidos. Espera-se, assim, somar às discussões sobre a participação da população negra na produção, distribuição e apropriação dos bens sociais, educacionais e políticos, cuja presença será fortalecida pela atuação do movimento negro na reivindicação de políticas públicas. Almeja-se, igualmente, subsidiar os debates sobre a efetividade das ações afirmativas, no que tange à preciosa equidade no acesso e na permanência de estudantes negros(as) em cursos de mestrado e doutorado e, consequentemente, ao importante fomento da diversidade e da justiça social no ambiente acadêmico.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Pós-graduação stricto sensu. Estudantes negros(as). Acesso. Permanência.

---

<sup>76</sup>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: m\_ateusaugusto@hotmail.com.

<sup>77</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: shirlena@uenf.br.

## Referências

- AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Política de Cotas na Pós-graduação Stricto Sensu: experiências das universidades estaduais do Rio de Janeiro. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. 104p.
- AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Política e Ações Afirmativas da Graduação a Pós-Graduação: a experiência de cotas na UENF. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2021. 240p.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2009.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações afirmativas e diversidade étnica e racial. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Organizador). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 141-164
- VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 6, p. 1250–1270, nov. 2021.
- VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

# TRANSLINGUAGEM, DECOLONIALIDADE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Cesário Lopes Manuel Nunes Lino<sup>78</sup>  
Kyria Rebeca Finardi<sup>79</sup>

Este estudo apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento na área de Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa tem como objetivo analisar criticamente os desafios e as possibilidades da articulação entre translinguagem, decolonialidade e inteligência artificial na construção de práticas linguísticas inclusivas na educação moçambicana. Durante o período colonial, a educação tradicional, antes voltada à formação humana a partir da epistemologia bantu, foi progressivamente substituída por modelos impostos pelo regime colonial, que priorizavam os interesses portugueses. Como resultado dessa opressão, o país enfrenta na atualidade diversos desafios, que vão desde a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, de qualidade e atento à realidade moçambicana, até a persistente falta de valorização e autoestima em relação às línguas bantu. O português, concebido como língua oficial, contrasta a diversidade das línguas locais de origem bantu, faladas pela maioria da população. O que levanta vários debates e interpretações sobre a justiça linguística, social e educacional. Paralelamente a isso, surge abordagem de translinguagem como uma proposta pedagógica inovadora, por reconhecer e legitimar o uso articulado e flexível das línguas, o que promove a liberdade de expressão e de aquisição de conhecimento no contexto educacional e social. Conforme afirma Garcia (2009, p. 44), “a translinguagem compreende as práticas sociais dos falantes em situações de comunicação, acessando diferentes recursos linguísticos e semióticos das línguas”. Essa prática também pode contribuir para valorização das línguas que, historicamente, foram marginalizadas pelo modelo dominante ocidentalista. Aliada a isso, está o conceito de decolonialidade que será explorado dentro do campo da educação moçambicana como uma pedagogia crítica que busca questionar e superar o legado colonial imposto no passado sobre as línguas menorizadas. Além disso, o estudo busca estabelecer uma conexão com as recentes ferramentas tecnológicas, como a Inteligência Artificial (IA). No âmbito educacional, por exemplo, instrumentos baseados em IA têm um potencial muito grande para ampliar o acesso à informação e conhecimento em várias línguas, mas há implicações e riscos que precisam também ser considerados. Diante deste cenário, propomos uma reflexão crítica sobre o uso dessas tecnologias em contextos atravessados por multilinguismo, bilinguismo e profundas desigualdades no acesso a recursos tecnológicos, como é o caso específico de Moçambique.

**Palavras-Chave:** Translinguagem. Decolonialidade. Inteligência Artificial na Educação. Práticas Linguísticas na Educação em Moçambique.

## Referências

<sup>78</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. Email: anitocesario@gmail.com

<sup>79</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: kyria.finardi@gmail.com

GARCÍA, Ofelia. Emergent Bilinguals and TESOL: What's in a Name? *TesolQuarterly*, v. 43, n. 2, p. 322-326, 2009.

# POLÍTICA DE EQUIDADE RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SERRA-ES

Eva Adriana Rosa Ferreira Oliveira Lucas<sup>80</sup>

Mayara Lima Cândido<sup>81</sup>

Maria Dayana Santos Damaceno<sup>82</sup>

Rosângela Pereira dos Santos<sup>83</sup>

Com objetivo de apresentar brevemente algumas das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação da Serra no que tange a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais na rede de ensino, nesta comunicação reunimos parte das práticas desenvolvidas, por esta secretaria, para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas Unidades de Ensino do município. Dentre as ações, destaca-se a adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola e a promulgação da Lei 6.107/24, que institui o Selo de Escola Antirracista, tal Lei tem como premissa valorizar e reconhecer as escolas que a partir de suas ações cotidianas desenvolverem atividades de valorização da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Além disso, a Sedu/Serra realiza anualmente o curso de formação continuada em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) para profissionais da educação e o Afrocelebrarte, evento que celebra as boas práticas dos profissionais da educação. Essas e outras ações visam promover a equidade racial e valorização da cultura africana, afro-brasileira e indígena no espaço escolar. A ERER desenvolvida efetivamente nas escolas, é um passo importante para que crianças/estudantes negras/os se vejam representadas/os e valorizadas/os, tendo assim, referências para a construção de uma identidade positiva. Esta perspectiva vai ao encontro do pensamento da professora Bárbara Carine (2023, p. 20) quando afirma que “[...] onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta [...].” Desse modo, a promoção de práticas pedagógicas que visam o combate ao racismo nas Unidades de Ensino é fundamental para o fortalecimento das identidades das/os crianças/estudantes e também para a transformação da realidade brasileira que ainda está enraizada numa estrutura racial desigual. Tais ações tornam-se imprescindíveis, principalmente ao considerarmos que, de acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% da população da cidade de Serra é composta por pessoas negras. O reflexo dessa constatação se reafirma com o Censo Escolar (INEP, 2024), ao evidenciar que 67,9% das/os crianças/estudantes matriculadas/os nas Unidades Municipais de Ensino da Serra são autodeclaradas negras.

**Palavras-chave:** Sedu/Serra. Práticas pedagógicas. Educação antirracista. ERER.

## Referências

---

<sup>80</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. evaarflucas@gmail.com

<sup>81</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. mayara.candido@serra.es.gov.br

<sup>82</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. daya\_mds@hotmail.com

<sup>83</sup> Secretaria Municipal de Educação da Serra-ES. rozanjaps@gmail.com

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 1. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.639.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm). Acesso em: 29 de mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2024**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: [\[https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoin2vindbjndetmtm0oc00zmfhlwiyzwytzji1yju0nzqzmtjhiwidci6iji2zjczodk3lwm4ywmtngixzs05nzhmlwvhngmwnzc0mzrizij\]](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoin2vindbjndetmtm0oc00zmfhlwiyzwytzji1yju0nzqzmtjhiwidci6iji2zjczodk3lwm4ywmtngixzs05nzhmlwvhngmwnzc0mzrizij). Acesso em: 10 de jun. de 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [\[https://cidades.ibge.gov.br/panorama-impresso?cod=3205002\]](https://cidades.ibge.gov.br/panorama-impresso?cod=3205002). Acesso em: 10 de jun. de 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SERRA, Município. **Lei Nº 6.107, de 28 de novembro de 2024**. Disponível em: [\[https://prnt.sc/TmpYZ8O5MS1M\]](https://prnt.sc/TmpYZ8O5MS1M). Acesso em: 29 de mai. 2025.

## O PERCURSO ESTUDANTIL DOS/AS ESTUDANTES COTISTAS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFES

José Ricardo Mariano de Souza<sup>84</sup>  
Marileide Gonçalves França<sup>85</sup>

As políticas de ações afirmativas buscam ampliar oportunidades para grupos historicamente excluídos, como a população negra (Gomes; Silva, 2001). Essas políticas foram fundamentais para o acesso desses grupos à educação básica e superior. Apesar do crescimento do número de estudantes negros/as no ensino técnico e superior, as desigualdades raciais ainda persistem na sociedade brasileira, em todos os níveis educacionais. Nesse sentido, esse estudo objetiva compreender como se constituíram as relações raciais ao longo da trajetória de escolarização dos/as estudantes negros/as e brancos/as, egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que ingressaram no IFES, campus Alegre, a partir do sistema de reserva de vagas do IFES, no período de 2020 a 2023. Partimos do pressuposto de que o racismo se articula às relações sociais no Brasil, manifestando-se de forma estrutural, institucional e simbólica. Assim como, a branquitude continua assegurando privilégios que perpetuam as desigualdades raciais dentro das instituições (Guimarães, 2003; Almeida, 2019; Schuman, 2014). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. Para produção de dados, utilizamos a consulta documental e entrevistas narrativas, a partir de Jovchelovitch e Bauer (2002), como forma de compreender as ações institucionais e a trajetória dos estudantes. A análise documental identificou avanços na inclusão da temática da educação das relações étnico-raciais (Erer) nos documentos institucionais, como nos Projetos Pedagógicos Institucionais, por meio de resoluções internas que regulamentam a Erer na instituição. Entretanto, observamos que o conteúdo sobre essa temática nos cursos estava restrito à disciplina de História e abordado de forma limitada. As entrevistas realizadas com cinco estudantes, sendo quatro estudantes negros e um branco revelaram os desafios articulados ao enfrentamento ao racismo; a importância da família como base e incentivo para permanência na escola e no Ifes; e as dificuldades no desempenho acadêmico na instituição, mesmo sendo em sua maioria estudantes que foram destaque ao longo do ensino fundamental. As narrativas também apontaram que a Instituição desenvolvia ações voltadas à Erer, como eventos científicos, fóruns e outros, de modo ampliar essa discussão no Ifes. Os/as estudantes indicaram como sugestão o acompanhamento dos estudantes cotistas quando ingressam na Instituição, de modo a auxiliá-los em sua permanência. Por fim, todos os/as estudantes egressos ingressaram no ensino superior público, indicando o impacto do IFES na trajetória acadêmica e profissional. Conclui-se que apesar da instituição desenvolver ações afirmativas, são necessários aprimoramento da política para garantia do acesso, permanência e sucesso acadêmico dos/as estudantes negros/as.

**Palavras-chave:** Racismo. Políticas públicas. Educação das relações étnico-raciais.

---

<sup>84</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. josericardomarianodesouza@gmail.com

<sup>85</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. marileide.franca@ufes.br

## Referências

- ALMEIDA, S. L. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais). São Paulo. Pólen, 2019.
- GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. *Cadernos do CEJ*, v. 24, p. 86-123, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247-268, março, 2003.
- JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. v. 4, p. 90-113.
- SCHUCMAN, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014. 192 p.

## **EIXO 4 IDENTIDADES E CULTURAS AFRICANAS, AFRODIASPÓRICAS E INDÍGENAS**

### **PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROFESSOR COORDENADOR DE ESTRATÉGIAS PARA EQUIDADE RACIAL (PCER)**

Eloá Carvalho Pires<sup>86</sup>  
Luanne Lima Ferreira<sup>87</sup>

A Portaria no 073-R, de 13 de fevereiro de 2025, institui a função de Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial - PCER, para atuar nas Escolas Prioritárias no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo. O profissional PCER faz parte de uma das ações do Programa de Educação para Relações Étnico-Raciais no Espírito Santo (ProERER), fundamentado no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e culturas afro-brasileira e africana. O PCER é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação - SEDU que visa fortalecer e desenvolver políticas voltadas à promoção da equidade e da inclusão, com foco em raça e gênero, mitigando as desigualdades educacionais na unidade escolar. Ele exerce suas atividades em colaboração com a equipe gestora e os professores e atua em todas as etapas e modalidades ofertadas na escola, apropriando-se dos resultados de aprendizagem dos estudantes da unidade escolar em avaliações internas e externas levando em consideração os dados de autodeclaração da matrícula escolar. Com base nesses dados, o profissional propõe e implementa, em articulação com o Diretor Escolar, o Coordenador Pedagógico, os pedagogos e toda a equipe de professores, estratégias pedagógicas focadas nos estudantes negros e indígenas que apresentam defasagens na aprendizagem. Na etapa seguinte, o PCER promove a elaboração de um Plano de Trabalho específico para sua unidade escolar a fim de mitigar as desigualdades na aprendizagem entre os estudantes autodeclarados pardos, pretos e indígenas, propondo melhorias contínuas a partir dos resultados com recorte racial e de gênero, ajustando intervenções e práticas pedagógicas. Nessa comunicação, intentamos apresentar de forma sucinta os métodos e as ferramentas utilizadas pelos PCERs para manter uma sistemática de monitoramento, coleta e análise de dados ao longo do desenvolvimento das etapas do Plano de trabalho proposto, tendo em vista avaliar o impacto e a eficácia das ações de equidade racial executadas no ambiente escolar. Desse modo, propomos a reflexão sobre a implementação de estratégias para promoção da equidade racial no âmbito das escolas de ensino médio e sobre como práticas educacionais podem contribuir para a construção de uma sociedade antirracista, justa e equitativa.

---

<sup>86</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. [elocarvpires@gmail.com](mailto:elocarvpires@gmail.com).

<sup>87</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. [luanne.lferreira@gmail.com](mailto:luanne.lferreira@gmail.com).

**Palavras-chave:** Programa de Educação para Relações Étnico-Raciais no Espírito Santo (ProERER). Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial (PCER). Equidade.

# ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE LÍNGUAS BANTU E EDUCAÇÃO BILINGUE EM MOÇAMBIQUE, 2017-2022.

Cesário Lopes Manuel Nunes Lino<sup>88</sup>

O presente texto é fruto da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo título é: Estado do Conhecimento sobre Línguas Bantu e Educação Bilíngue em Moçambique, 2017-2022. A pesquisa tem como objeto de estudo mapear, analisar e refletir sobre a produção acadêmica, isto é, teses, dissertações e artigos, produzida sobre as línguas bantu e a educação bilíngue em Moçambique, além de discutir o contexto sociolinguístico em que se dá essas práticas. A investigação explora o bilinguismo e multilinguismo, destacando a diversidade linguística das línguas bantu e a trajetória histórica dos seus estudos. No total, foram examinados 26 trabalhos acadêmicos, sendo 13 voltados especificamente às línguas bantu e 13 à educação bilíngue. Os resultados evidenciam uma crescente valorização das línguas bantu no cenário científico, embora persistam desafios significativos para que essas línguas adquiram maior protagonismo na sociedade moçambicana. No campo da educação bilíngue, os estudos revelam percepções divergentes: enquanto alguns autores enxergam nesse modelo uma via de inclusão sociocultural com potencial positivo, outros expressam reservas quanto à sua eficácia, especialmente diante da escassez de recursos qualificados, materiais (livro escolar) e financeiros que comprometem a sua implementação. Apesar das limitações, os dados apontam que a valorização das línguas bantu e o fortalecimento da educação bilíngue podem ampliar o acesso à escolarização, contribuir para o desenvolvimento das línguas moçambicanas e reforçar a identidade cultural do país, para além de ser uma estratégia de decolonização de conhecimento.

**Palavras-chave:** Línguas Bantu; Educação Bilíngue; Moçambique; Produção Acadêmica; Estado do Conhecimento.

## Referências

LINO, Cesário Lopes Manuel Nunes. Estado do conhecimento sobre línguas bantu e educação bilíngue em Moçambique, 2017-2022. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

---

<sup>88</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. Email: anitocesario@gmail.com

## PRETOS VELHOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL NO BRASIL

Gino Santos Henriques<sup>89</sup>  
Gustavo Machado Prado<sup>90</sup>  
João Vitor dos Santos<sup>91</sup>

Para as religiões de matriz africanas, os Pretos Velhos são entidades espirituais cultuadas que representam os espíritos de africanos escravizados que, após a morte, retornam para orientar, aconselhar e acolher os vivos. Na perspectiva dessas religiões, essas entidades carregam consigo a herança dos saberes tradicionais africanos, como o uso ritualístico e terapêutico das ervas, a conexão sagrada com a natureza e a valorização da ancestralidade. Com fala serena, gestos compassivos e sabedoria ancestral, os Pretos Velhos simbolizam resistência, resiliência e a preservação da cultura afrodescendente diante de séculos de opressão, violência e tentativas de apagamento cultural. Suas festas no espaço urbano funcionam como práticas que ressignificam a presença negra e reafirmam a memória ancestral em ambientes públicos. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelos Pretos Velhos na resistência cultural afrodescendente. O método adotado foi a revisão bibliográfica, utilizando palavras-chave como “Preto Velho”, “resistência cultural” e termos correlatos. As buscas foram realizadas em plataformas como Google acadêmico, SciELO, Portal CAPES e nos catálogos de editoras especializadas, com um recorte temporal entre 2010 e 2025. Os resultados parciais identificaram um total de 30 livros e 80 artigos que abordam a presença dos Pretos Velhos nos rituais religiosos como instrumentos de fortalecimento da identidade negra e valorização da história dos povos africanos e afro-brasileiros. Essas entidades não apenas evocam memórias, mas também atuam como agentes de cicatrização histórica e emocional, sendo frequentemente representadas em espaços simbólicos de resistência. Em contraposição à visão estereotipada do “negro submisso”, os Pretos Velhos demonstram que a resistência pode se manifestar de forma silenciosa, amorosa e estratégica sem, contudo, perder sua potência transformadora. Suas falas são carregadas de ensinamentos que contestam o racismo e reafirmam práticas de resistência cultural. Além disso, a presença dos Pretos Velhos em práticas linguísticas e pedagógicas revela um campo fértil de ressignificação, influenciando abordagens educacionais decoloniais e materiais didáticos que tratam de temas como envelhecimento, ancestralidade e espiritualidade na Umbanda. Na dimensão da oralidade, os modos de falar dessas entidades expressam uma resistência simbólica e política, refletindo a complexidade da experiência afro-brasileira diante do racismo religioso. Portanto, os Pretos Velhos têm um papel fundamental na resistência cultural afrodescendente. Por meio deles, memórias, valores e saberes ancestrais são resgatados, reinterpretados e transmitidos, fortalecendo a autoestima e a identidade do povo negro. Nos terreiros, os Pretos Velhos são pilares da cultura afro-brasileira e símbolos de resistência contra o racismo.

<sup>89</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). [ginosantos7@gmail.com](mailto:ginosantos7@gmail.com).

<sup>90</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). [joelson.dos.santos.silva.1978@gmail.com](mailto:joelson.dos.santos.silva.1978@gmail.com)

<sup>91</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). [patiruf.neab@gmail.com](mailto:patiruf.neab@gmail.com)

**Palavras-chave:** Resistência Cultural afrodiáspórica. Preservação da memória. Umbanda. Preto Velho.

## Referências

- FRANÇA, B. Z. Belo Horizonte negra: a experiência das Festas de Preto Velho e Iemanjá como pedagogia antirracista no espaço público da cidade. *Sociologias Plurais*, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/84498>. Acesso em: 6 maio 2025.
- GATTO, F. de F. Pretuguês: oralidade e resistência afrobrasileira como enfrentamento ao racismo religioso. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/1/34013>. Acesso em: 6 maio 2025.
- LOPES, A. C. Como são ouvidos os nossos pretos-velhos? Ideologias linguísticas, racismo e resistência em falas de terreiros. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 38, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/QMNMzqWsRfcQZk54LbZ9JRK/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- QUEIROZ, Rodrigo. *Entidades da Umbanda: segredos revelados das forças ancestrais*. São Paulo: Citadel Grupo Editorial, 2021. Disponível em: <https://www.citadel.com.br/releases/sabedoria-e-resistencia-o-papel-dos-guias-na-umbanda/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- REZENDE, L. L. Sobre memória, trauma e cicatrização: A Monumentalização dos Pretos Velhos. *Patrimônio e Memória*, 2023. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3347>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SANTOS, A. C. da S.; OSANIYI, A.; FERREIRA, L. M. Pretos velhos e gramilleros, mamas viejas e pretas velhas: Ressignificando o ensino de língua estrangeira – espanhol. *Revista Pindorama*, 2022. Disponível em: <https://asetore.ifba.edu.br/pindorama/article/view/832>. Acesso em: 12 maio 2025.
- TOZI, R. G. Baralhos dos pretos velhos: um material lúdico pedagógico sobre pretos velhos e envelhecimento na Umbanda. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/34013>. Acesso em: 6 maio 2025.

# TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS NO ESPÍRITO SANTO: PROCESSOS DE RE-EXISTÊNCIA

Izaque Moura de Faria<sup>92</sup>  
Joelson dos Santos Silva<sup>93</sup>  
Patrícia Gomes Rufino Andrade<sup>94</sup>

O presente capítulo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa dedicada à identificação e análise dos territórios quilombolas certificados no Espírito Santo, com foco na ausência de titulação definitiva dessas terras. A partir de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo mapeia cinquenta comunidades quilombolas certificadas no estado, revelando que nenhuma delas obteve até o momento a titulação definitiva prevista no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Essa ausência revela um descompasso entre a legislação e a efetivação dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos. A titulação de terras, nesse contexto, é compreendida como um processo de re-existência: não apenas uma forma de resistência às múltiplas formas de apagamento histórico e institucional, mas uma afirmação ativa, cotidiana e coletiva das identidades, memórias, territórios e modos de vida quilombolas. O texto analisa as etapas do processo de titulação e destaca os obstáculos enfrentados pelas comunidades, como a lentidão burocrática, a escassez de políticas públicas específicas e a insuficiência dos instrumentos jurídicos provisórios como os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRUs). Defende-se que o território quilombola é mais do que espaço físico; é lugar simbólico e político de reprodução da vida, da cultura e da identidade negra. Ao situar a titulação como estratégia de fortalecimento da autonomia e dignidade dessas comunidades, os autores propõem também o uso pedagógico dos dados levantados por meio de uma atividade educativa voltada a estudantes do Ensino Fundamental, buscando problematizar, sensibilizar e valorizar a diversidade de histórias que constituem os quilombos capixabas. A abordagem propõe uma articulação entre pesquisa, educação e justiça social, contribuindo para uma pedagogia que reconhece e afirma os saberes e experiências dos povos tradicionais como fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Titulação. Re-existência. Educação quilombola. Território.

## Referências

---

<sup>92</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES). [izaque.faria@gmail.com](mailto:izaque.faria@gmail.com) – Bolsista Cecampe

<sup>93</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES). [joelson.dos.santos.silva.1978@gmail.com](mailto:joelson.dos.santos.silva.1978@gmail.com) – Bolsista Cecampe

<sup>94</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES). [patiruf.neab@gmail.com](mailto:patiruf.neab@gmail.com)

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Paula Aristeu. **Quilombolas e trajetórias de escolarização**: um estudo a partir de Retiro, Santa Leopoldina-ES. 2020. 129 f. : il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/15361>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Acervo Fundiário**. Brasília, DF: dados.gov.br, 2023. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/acervo-fundiario>>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 225, p. 4, 21 nov. 2003.

CARNEIRO, Luciana Cruz. **Expressões e saberes quilombolas**: comunidade Córrego do Sossego, Guaçuí, ES. 2021. 129 f. : il. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/items/f6f6ea93-0c6f-4728-9dfb-c1828b418185>>. Acesso em: 26 maio 2025.

IBGE. **Microdados do Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827censo-demografico-2022.html?edicao=37415&t=resultados>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

LINS, Lorena; MOZINE, Augusto Cesar Salomão. **Territorialidade e ancestralidade**: formação e reconhecimento da comunidade pescadora extrativista do Quilombo do Degredo, Brasil. Revista de Estudios Sociales. Nº 91, p. 57-79, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/res91.2025.04>>. Acesso em: 26 maio 2025.

ORI. Direção de Raquel Gerber. Rio de Janeiro, 1989. 1 vídeo (91 min). Disponível em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

SANTOS, O. A.; LOBÃO, J. S. B. **O quilombo, o território e o mapa**: a experiência de mapeamento participativo na comunidade quilombola de Paus Altos – Antônio Cardoso, Ba. In: LOBÃO, J. S. B., OLIVEIRA, A. I. L.,

OLIVEIRA JUNIOR, I., eds. **Cartografia social**: (re)descobrindo saberes [online]. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022, pp. 375-416. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/bsx4q/pdf/lobao-9786589524953-10.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2025.

## CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS NA MODA

Maria Nazareth Bis Pirola<sup>95</sup>  
Helen de Carvalho Tavares<sup>96</sup>  
Maria Julia de Oliveira Batista<sup>97</sup>

Este trabalho tem por objetivo compreender a moda como fenômeno de comunicação e de cultura, em especial, a moda afro-brasileira e indígena. Com pesquisa qualitativa, toma como corpus de estudo iniciativas de marcas no cenário nacional. Contempla pesquisa de observação em desfiles; visitas a lojas; e conversas com estilistas. Conta com apoio de anotações, filmagens, fotografias, roupas e adereços; e coletas nas redes sociais. Mobiliza teorias nas interfaces comunicação, moda, cultura e identidade. Hall (2006), ao discutir a identidade, afirma que os quadros de referência nas sociedades modernas entram em abalo, uma espécie de “perda de sentido de si” (Hall, 2006, p.9), provocada pela instabilidade das velhas certezas. Sodré (1999) potencializa essa discussão ao dizer que nosso país não tem só uma identidade, mas várias, numa “dinâmica múltipla de identificações, evidenciada pela forte heterogeneidade sociocultural da realidade sul-americana” (Sodré, 1999, p.31). Pirola (2025a), ao aprofundar as interfaces entre comunicação e moda, traz um panorama dos principais conceitos autores, proporcionando uma compreensão das abordagens sobre o tema, em especial, o entendimento de que a moda e a indumentária são meios de comunicação e também fenômenos culturais. Segundo Barnard, (2003, p.49), a cultura pode ser pensada como “um sistema de significados, como as formas pelas quais as experiências, os valores e as crenças de uma sociedade se comunicam através de atividades, artefatos e instituições”. A moda, ao tecer corpos vestidos, ou vestimenta dos (Barreto, 2024), com roupas, calçados, maquiagem, adereços, trabalha fortemente com as formas da comunicação não-verbal. Já autores como McLuhan (1964) e Maffesoli (1996) pensam o vestuário como extensão de nossa pele. Esta, como envoltório “do corpo social tem tanta importância quanto o maquinário interno” (Maffesoli, 1996, p.129). Com essas bases, nossas pesquisas vêm observando a construção de identidades por meio da moda afro-brasileira e indígena (Pirola, 2025a; 2025b; 2025c; 2025d). Os resultados apontam que mesmo com espaços ainda restritos nas principais passarelas e eventos de moda no Brasil, marcas como Meninos Rei, Katuka Africanidades, Dendezeiro, Goya Lopes, Santa Resistência, Isa Isaac Silva, Maurício Duarte, e tantas outras, vêm abrindo caminhos de dentro mesmo do sistema tradicional e padrão da moda. Contam e recontam suas histórias e culturas, muitas vezes apagadas ou silenciadas. Conforme Vidal (2024), devemos perceber a pluriculturalidade dos povos, abarcando também o estudo e a valorização dos vestires ancestrais. Mesmo em contextos tradicionais, é possível promover novas formas de existência, dando a ver outras estéticas e corporalidades possíveis.

**Palavras-chave:** comunicação; cultura; identidade; moda afro-brasileira; moda indígena

---

<sup>95</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: n.pirola@uol.com.br

<sup>96</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. Email: helen.tavares@edu.ufes.br

<sup>97</sup> Universidade Federal do Espírito Santo. Email: mariajulia0382@gmail.com

## Referências

- BARNARD, Malcolm. Moda e Comunicação. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BARRETO, Carol. Modativismo: quando a moda encontra a luta. São Paulo: Paralela, 2024.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MACLUHAN, Marshal. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.
- MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PIROLA, Maria Nazareth Bis. Interfaces Comunicação e Moda. In: 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2025, Campinas. Anais do 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Intercom, 2025a.
- PIROLA, Maria Nazareth Bis. Folkmoda: um diálogo com as metamorfoses da Folkcomunicação. In: Guilherme Moreira Fernandes. (Org.). Anais da XXI Conferência Brasileira de Folkcomunicação- Processos folkcomunicacionais e ativismos antirracistas. 1ed.Campina Grande-PB: EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2025b, v. 1, p. 99-121.
- PIROLA, Maria Nazareth Bis; TAVARES, H. C. Goya Lopes: A conexão entre Comunicação, Moda e Identidade Afro-brasileira. In: 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2025c, Campinas - SP. Anais do 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Intercom, 2025c.
- PIROLA, Maria Nazareth Bis; BATISTA, M. J. O. Comunicação e Moda Indígena: um estudo da marca Maurício Duarte. In: 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2025, Campinas - SP. Anais do 28o Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Intercom, 2025d.
- SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- VIDAL, JÚLIA. A moda e seu ensino decolonial como tecnologias de encantamento para preservação das vestimentas indígenas no cotidiano. DOBRA[S] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], n. 40, p. 1–2, 2024. Dossiê Vestires plurais dos povos originários. Disponível em: <https://dabras.emnuvens.com.br/dabras/article/view/548> Acesso em: 05 jun. 2025

## ALICE BALL: UMA CIENTISTA NEGRA SILENCIADA PELA HISTÓRIA

Tamiris da Silva Gumiere<sup>98</sup>

Felipe de Brito Menezes<sup>99</sup>

Sergio Pereira dos Santos<sup>100</sup>

O resumo analisa a trajetória científica de Alice Ball, mulher, afro-americana, cujas contribuições foram essenciais para a medicina, em especial para a hanseníase. Tal trabalho se origina numa das atividades da disciplina de Educação e Políticas para a Diversidade Cultural, no decorrer do primeiro semestre de 2025, ministrada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Campus de Alegre, sul do Espírito Santo. Alice Augusta Ball foi uma química afro-americana que revolucionou o tratamento da hanseníase no início do século XX. Ela desenvolveu um extrato injetável de óleo de chaulmoogra, o mais eficaz tratamento para a doença até a década de 1940. Nascida em Seattle em 1892, Ball destacou-se desde cedo pela excelência acadêmica, tendo se formado com bacharelado em Química e em Farmácia. Posteriormente, tornou-se a primeira mulher e a primeira afro-americana a conquistar um mestrado em química pela Universidade do Havaí, além de ser a primeira professora de química da instituição. Ball enfrentou o racismo institucional de sua época, a começar por seu próprio registro de nascimento, que a classificava como branca. Esse tipo de apagamento refletia estratégias comuns de sobrevivência da população negra nos Estados Unidos, mas também contribuiu para a negação de sua identidade e conquistas científicas. Sua pesquisa com o óleo de chaulmoogra permitiu que ele fosse transformado em uma substância solúvel em água, facilitando sua absorção no corpo e eliminando os efeitos colaterais agressivos das formas anteriores de uso. Isso representou um marco no combate à hanseníase, beneficiando milhares de pacientes e permitindo que muitos fossem tratados em suas casas, sem isolamento. Contudo, sua morte precoce, aos 24 anos, impossibilitou a publicação de seus resultados. Seus estudos foram apropriados por dois homens brancos, Arthur Dean e Richard Wrenshall, que publicaram a descoberta sem mencioná-la. O chamado “Método Dean” só foi reconhecido como obra de Ball décadas depois, graças a esforços de pesquisadores como Kathryn Takara e Stanley Ali. Em 2000, a Universidade do Havaí reconheceu oficialmente sua contribuição, dedicando-lhe uma placa e instituindo o “Dia de Alice Ball”. Sua trajetória revela como as contribuições de mulheres negras na ciência foram sistematicamente invisibilizadas. A história de Alice Ball deve ser resgatada como um exemplo emblemático do apagamento racial e de gênero no campo científico, além de ser inspiração para pensamentos e práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial.

**Palavras-chave:** Racismo acadêmico. Hanseníase. Invisibilidade negra. Mulheres na ciência.

---

<sup>98</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - Campus de Alegre. tamigumiere@gmail.com

<sup>99</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - Campus de Alegre. fmenezesbruto@gmail.com

<sup>100</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – DEMV – Departamento de Medicina Veterinária - Campus de Alegre. sergio.p.santos@ufes.br

**Referências:**

DOS SANTOS PEREIRA, L.; SANTANA, C. Q.; DA PAIXÃO BRANDÃO, L. F. S. O apagamento da contribuição feminina e negra na ciência: reflexões sobre a trajetória de Alice Ball. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 12, n. 40, p. 92-110, 2019.

DWYER, M. K. A Woman Who Changed the World. University of Hawai'i Foundation. Disponível em: <https://www.uhfoundation.org/impact/students/woman-who-changed-world>. Acesso em: 21 maio 2025.

WERMAGER, P. Healing the Sick. In: JACKSON, M. M. *They Followed the Trade Winds: African Americans in Hawai'i*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 162-188, 2005.

## VIRGÍNIA LEONE BICUDO: PIONEIRISMO NEGRO NA PSICANÁLISE E SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES RACIAIS

Ingrid Ferreira dos Santos<sup>101</sup>

Peter Ferraz Caon<sup>102</sup>

Ana Luiza Gonçalves Sepulcro<sup>103</sup>

Sérgio Pereira dos Santos<sup>104</sup>

Trata-se da trajetória científica de Virgínia Leone Bicudo, mulher, negra, educadora sanitária, socióloga, psicanalista e visitadora psiquiátrica, nascida em São Paulo, filha de Joana Leone e Teófilo Bicudo. O trabalho se origina numa das atividades da disciplina de Educação e Políticas para a Diversidade Cultural, ministrada em 2025 na UFES, Campus de Alegre. Bicudo, fundadora da Sociedade de Psicanálise de Brasília, “estreou o divã no Brasil”, como a própria brinca (MAIO, 2010). Destacou-se no estudo sobre relações raciais e sociais (AMENDOEIRA, 2020). Fez magistério, professora até que, por influência de seu pai, ingressou no curso de Educadores Sanitários do Instituto de Higiene de SP, sendo posteriormente contratada pelo Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação para dar aulas de higiene. Logo, a educadora sanitária graduou-se em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). No mundo das ciências sociais, Bicudo realizou estudos sócio-antropológicos na ELSP, motivada pela violência e marginalização social que presenciou. Seguidamente, participou do Projeto UNESCO, onde investigou escolas públicas, observando manifestações de atitudes raciais na escola. Virgínia utilizava conceitos psicanalíticos para explicar os mecanismos do racismo, entendendo-o como conflito psíquico individual internalizado, manifestando em atitudes sociais. Apesar do pioneirismo de Bicudo, Florestan Fernandes tornou-se figura central nas discussões acadêmicas sobre racismo no Brasil, depois da década de 1960. Fernandes redigiu um Projeto de Estudo sob supervisão de Roger Bastide, publicado em 1951 (BASTIDE; FERNANDES, 1959). A Unesco ofereceu uma pequena verba para a realização da pesquisa em São Paulo (FERNANDES, 1975, p. 50). Fernandes e Bastide utilizaram-no na contratação de outros(as) pesquisadores(as), incluindo Virgínia Bicudo. Nas palavras de Maio (2010, p. 47), a pesquisa de Bicudo “foi tratada como mero ‘apêndice’”, pois Fernandes apresentou no título a tese sobre o preconceito racial sem referir-se à participação dos demais pesquisadores, sendo Bicudo uma peça-chave do estudo. Em 2003, sua família, principalmente seu filho Fábio Bicudo, enviou uma carta à Editora da USP tratando da ausência da monografia de Virgínia na segunda edição do livro organizado por Fernandes e Bastide, questionando a exclusão de um trabalho reconhecido como pioneiro nos estudos sobre relações raciais brasileiras, pedindo explicações formais da editora (GOMES, 2013). Muitos críticos apontam que o trabalho de Bicudo foi negligenciado e marginalizado pela academia dominante, inclusive por Fernandes. Mas, Bicudo foi e ainda é fonte de inspiração no trabalho e vida de muitas pessoas, sendo cada vez mais reconhecida com o tempo.

---

<sup>101</sup> UFES. [ingrid.f.santos@edu.ufes.br](mailto:ingrid.f.santos@edu.ufes.br).

<sup>102</sup> UFES. [peter.caon@edu.ufes.br](mailto:peter.caon@edu.ufes.br)

<sup>103</sup> UFES. [ana.l.sepulcro@edu.ufes.br](mailto:ana.l.sepulcro@edu.ufes.br)

<sup>104</sup> UFES. [sergio.p.santos@ufes.br](mailto:sergio.p.santos@ufes.br)

**Palavras-chave:** Virgínia Bicudo. Psicanálise. Relações Raciais. Personagens Negros/as.

## Referências

AMENDOEIRA, P. "Olhares negros nos importam: o paradigma Virgínia Leone Bicudo." *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 54, n. 2. p. 240-249. 2020.

BASTIDE, R., FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1959. 371 p.

BICUDO, V. L. *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais) – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1945.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. 285 p.

GOMES, J. D. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945–1955)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

MAIO, M. C. *Virgínia Leone Bicudo: trajetória de uma pioneira*. Organização e introdução de Lília Tavolaro. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. 192 p. (Coleção Tempo Social).

## TECNOLOGIAS AFRICANAS: A TRAJETÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DE NILMA LINO GOMES

Ana Beatriz Silva Toniato<sup>105</sup>  
Bruna Schroeder Costa<sup>106</sup>  
Lucas Amorim Alves<sup>107</sup>  
Sérgio Pereira dos Santos<sup>108</sup>  
Thais de Azevedo Bicalho<sup>109</sup>

Baseado na obra “Tecnologias Africanas e Educação” de Henrique Cunha Junior, o trabalho foi desenvolvido no decorrer da disciplina de Educação e Políticas para a Diversidade Cultural, ministrada na UFES, campus de Alegre. Buscou-se valorizar cientistas negros/as, suas trajetórias e suas contribuições científicas e sociais. Destacamos a trajetória e as contribuições da professora Nilma Lino Gomes na área da educação das relações étnico-raciais. A Profa. Dra Nilma Lino Gomes nasceu em Ponte Nova-MG, filha de um ferroviário e de uma bordadeira. Sua trajetória acadêmica e profissional tem sido marcada pela defesa da diversidade étnico-racial na educação. Formada em Pedagogia pela UFMG, concluiu mestrado na mesma instituição e doutorado em Antropologia Social pela USP, além de realizar um estágio pós-doutorado na Universidade de Coimbra. Como professora da UFMG, coordenou projetos como o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ações Afirmativas e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais. Seu trabalho foi essencial na formulação de políticas afirmativas no Brasil, incluindo a implementação do sistema de cotas raciais. Produziu diversos estudos e livros sobre relações raciais, identidade negra e educação, como “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra e Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” (Ancestralidades, 2023). Em 2013, tornou-se a primeira mulher negra reitora de uma universidade federal ao assumir a UNILAB e, posteriormente, foi Ministra da SEPPIR e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos no período do governo Dilma Rousseff (LATTEs, 2025). Nilma defende a literatura negra como ferramenta de valorização da ancestralidade e combate ao racismo, destacando a educação como promotora da inclusão e da justiça social. Ao longo de sua carreira foi premiada por suas contribuições acadêmicas e políticas, sendo reconhecida com o Diploma Abdias do Nascimento e com a Medalha Zumbi dos Palmares. Seus estudos dialogam com as produções de Henrique Cunha Jr., reforçando pautas negras, africanas, afro-diaspóricas e antirracistas (UFMG 2022). Seu legado segue inspirando políticas públicas e pesquisas sobre educação e raça no Brasil.

<sup>105</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. anabeatriztoniato@gmail.com

<sup>106</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. brunaaschroeder@gmail.com

<sup>107</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. lukazamorimalves@gmail.com

<sup>108</sup> Universidade Federal do Espírito Santo – DEMV – Departamento de Medicina Veterinária - Campus de Alegre. sergio.p.santos@ufes.br

<sup>109</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. bicalhoa.thais@gmail.com

**Palavras-chave:** Educação. Pesquisa. Cultural. Relações Raciais.

## Referências

ATRÁS DA MOITA FILMES. Nilma Lino Gomes e a diversidade étnico-racial na educação [vídeo]. Instituto Claro, 2025. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/videos/nilma-li-no-gomes-e-a-diversidade-etnico-racial-na-educacao/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Nilma Lino Gomes. Especialistas–Educação Integral. 2023. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especialistas/nilma-lino-gomes/>. Acesso em 20 de maio de 2025.

LITERAFRO. Nilma Lino Gomes. Literatura Afro-Brasileira. UFMG-Faculdade de letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2024. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/368-nilma-lino-gomes>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

JÚNIOR, Henrique Cunha. Tecnologias africanas e educação. Salvador: EDIFBA, 2023. 55 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 7).

## TECNOLOGIAS AFRICANAS: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE GEORGE WASHINGTON CARVER

Ariane Purcino Batista<sup>110</sup>

Lucas Amorim Alves<sup>111</sup>

Sérgio Pereira dos Santos<sup>112</sup>

Thais de Azevedo Bicalho<sup>113</sup>

O presente trabalho foi desenvolvido evidenciando a trajetória social e as invenções tecno-científicas de George Washington Carver, considerando os capítulos trabalhados no livro de Henrique Cunha Júnior (2023), intitulado “Tecnologias Africanas e Educação”. A atividade foi produzida no decorrer da disciplina de Educação e Políticas para a Diversidade Cultural, pelos discentes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UFES, Campus de Alegre, no semestre de 2025. Nascido no estado do Missouri, em 1864, George foi um químico agrícola/agrônomo, cientista, professor e inventor. Fez Mestrado em Ciências pelo Iowa State Agricultural College, além de lecionar e conduzir pesquisas no Instituto Normal e Industrial de Tuskegee, uma instituição privada, mista e historicamente negra de ensino superior, reconhecida hoje como Universidade de Tuskegee, no Alabama (Britannica, 2025). Seu trabalho consistia em pesquisas voltadas à agricultura sustentável e ao bem comum, desenvolvendo produtos derivados do amendoim, batata-doce e da soja, regenerando o solo degradado pelo cultivo intensivo de algodão, reduzindo a dependência dos EUA ao algodão. Assim, foi desta forma que Carver auxiliou na economia agrícola do Sul dos EUA, após a Guerra Civil Americana (Britannica, 2025; Brain, 2007). Foram mais de 400 produtos derivados do amendoim e da batata-doce, destacando o leite, farinha, tinta para madeira, corante, plásticos, sabão, linóleo, óleos medicinais, cosméticos, vinagre, o melaço, tinta, borracha sintética e a cola para selos postais (Britannica, 2025; Brain, 2007). Mais adiante, Carver produziu 500 tonalidades de corantes, substituindo os importados da Europa (Encyclopédia Britânica, 2025). Seu reconhecimento é referência nacional e internacional, com destaque de prêmios como a Medalha Spingarn (NAACP) em 1923 e a Roosevelt Medal em 1939. Foi consultor de presidentes dos Estados Unidos, como Theodore Roosevelt, recebendo homenagens públicas do Congresso norte-americano. Carver acreditava que a Ciência deveria servir à coletividade, compreendendo o sucesso como um “serviço simples”. Sendo consagrado como símbolo do potencial transformador da ciência aliada à justiça social que culminou em sua homenagem com um monumento nacional nos Estados Unidos, além de estabelecer o dia 5 de janeiro como o Dia de George Washington Carver. Sua trajetória se conecta com os estudos de Henrique Cunha Jr., valorizando a produção

---

<sup>110</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. [ynhabatista@hotmail.com](mailto:ynhabatista@hotmail.com).

<sup>111</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. [lukazamorimalves@gmail.com](mailto:lukazamorimalves@gmail.com).

<sup>112</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - DEMV - Departamento de Medicina Veterinária -Campus de Alegre. [santosdialogos@gmail.com](mailto:santosdialogos@gmail.com).

<sup>113</sup> Universidade Federal do Espírito Santo - CCENS - Departamento de Biologia - Campus de Alegre. [bicalhoa.thais@gmail.com](mailto:bicalhoa.thais@gmail.com).

científica negra e rompendo com os padrões eurocêntricos, resultando no protagonismo e reconhecimento histórico. Para nós, Carver não apenas inovou a ciência, como também combateu na prática a exclusão social e racial em especial nos espaços de poder e prestígio social e acadêmico.

**Palavras-chave:** Ciência. Educação. Negritude. Relações raciais.

## Referências

AMERICAN CHEMICAL SOCIETY HISTORIC CHEMICAL LANDMARKS. George Washington Carver: Chemist, Teacher, Symbol. 2005. Disponível em: <https://www.acs.org/education/whatischemistry/landmarks/carver.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

BOYER, Mark. "George Washington Carver: An Innovator Beyond His Era".

HowStuffWorks.com, Atualizado em 26 de out. 2023. Disponível em: <https://science.howstuffworks.com/innovation/famous-inventors/georgewashington-carvers-inventions.htm>. Acesso em: 21 maio 2025.

EDITORES DA ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. "George Washington Carver". Encyclopédia Britânica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/George-Washington-Carver>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

NATIONAL PARK SERVICE. George Washington Carver. National Monument Missouri, 2024. Disponível em: <https://www.nps.gov/gwca/index.htm>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

PARADOWSKI, R. J. George Washington Carver. EBSCO Research Starters, 2021. Disponível em: [https://www.ebsco.com/research-starters/history/george\\_washington-carver](https://www.ebsco.com/research-starters/history/george_washington-carver). Acesso em: 21 maio 2025.

SANDBORN, D. George Washington Carver's contributions to agriculture in the U.S. Michigan State University Extension, 2019. Disponível em: <https://www.canr.msu.edu/news/george-washington-carvers-contributions-to-agriculture-in-the-us>. Acesso em: 21 maio 2025.

SCIENCE HISTORY INSTITUTE. George Washington Carver. Science History Institute. [s.d.]. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/education/scientific-biographies/georgewashington-carver/>. Acesso em: 21 maio 2025.

Tecnologias africanas e educação/Texto de Henrique Cunha Junior/ DPAAE – Salvador: EDIFBA, 2023. 55 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 7).

## PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO: GEACIQ INDICA

Ana Paula Azevedo Moura Careta<sup>114</sup>

Haryany Santos Rocha<sup>115</sup>

Márcia Helena do Nascimento<sup>116</sup>

“Geaciq Indica” é uma das ações que compõe o trabalho da Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro), integrada à Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq), da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu). A primeira edição do “Geaciq Indica” ocorreu em maio de 2024 e consiste não só na indicação de materiais e recursos pedagógicos, como livros, filmes, séries, curtas, documentários, mas também na produção, em formato e-book, de instrumentos pedagógicos que buscam combater o apagamento histórico da presença indígena, africana e afro-brasileira na constituição social, econômica, científica e tecnológica do Brasil. Essa ação tem como base o Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais - ProERER, instituído pela Sedu por meio do Decreto no 5389-R à Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) para apoiar as atividades, em especial, nas escolas da rede estadual de ensino. Sabe-se que a inserção da história e cultura africana, afroasiática e indígena no processo de formação de professores ainda é incipiente, consequência do epistemicídio ou silenciamento causado em razão do colonialismo, repercutindo na atuação desses profissionais na sala de aula. Esse processo de apagamento atinge de forma considerável a construção das identidades negra e indígena dos estudantes na educação básica. Buscando minimizar essa problemática e fortalecer as Leis 10.639/03 e 11.465/08 que versam sobre o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, “Geaciq indica” é disponibilizado periodicamente de forma virtual, por meio do site do currículo da Sedu, e em outros canais de comunicação da Secretaria. Estes materiais propõem reflexões críticas que buscam combater os estereótipos e o racismo ao abranger temas como patrimônios materiais e imateriais de resistência e memória, personalidades negras e indígenas, seus grandes feitos, entre outros, buscando ampliar, orientar e fortalecer a prática pedagógica para a construção de uma sociedade antirracista, justa e equitativa.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista. Diversidade Étnico-Racial. Materiais Pedagógicos.

### Referências

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando o currículo oficial da rede de ensino para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003

---

<sup>114</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. E-mail: apamcareta@sedu.es.gov.br.

<sup>115</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. E-mail: hsrocha@sedu.es.gov.br.

<sup>116</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. E-mail: mhnascimento@sedu.es.gov.br.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto no 5.389-R, de 9 de maio de 2023. Institui o Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais – ProERER no âmbito da rede escolar pública estadual. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 10 maio 2023.

# A BIOLOGIA COMO MEIO DE CONSOLIDAÇÃO DA VISÃO EMBRANQUECIDA DE MUNDO

Davi Barbosa de Jesus<sup>117</sup>  
Débora Cristina de Araujo<sup>118</sup>

Esta comunicação traz à tona alguns dos resultados inicialmente encontrados ao longo do primeiro ano de desenvolvimento do projeto “Para além do branco das páginas: uma análise crítica de livros didáticos de Biologia em diálogo com a ERER”, a nível de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa em questão, tem como objetivo principal investigar de que maneira, em livros didáticos de Biologia, a branquitude utiliza de conceitos biológicos para manter privilégios sociais. Para este resumo, focamos nos dois primeiros capítulos teóricos iniciais: “A branquitude” e “Biologia e branquitude”. Assim, a partir de Marimba Ani (1994), Lia Vainer Schucman (2020) e Stuart Hall (2014, 2019), elaboramos a noção de “visão embranquecida de mundo” como sendo as determinadas formas de pensar e ocupar o planeta, que se aproximariam com comportamentos da branquitude. Nesse sentido, para pensarmos as temáticas relacionadas ao meio ambiente, recebemos apoio de Ailton Krenak (2020a, 2020b e 2022), Malcom Ferdinand (2022) e Negô Bispo (2023); no âmbito do gênero e sexualidade, de Oyèrónké Oyéwùmí (2021); e, por fim, Sylvia Wynter (2023) e Kehind Andrews (2023) auxiliaram as reflexões tecidas acerca da ciência como campo consolidado e como sua formação se envolve com processos coloniais racistas em prol da manutenção de uma supremacia branca (euro-estadunidense) global. Dito isso, foi possível perceber que a Biologia, como disciplina, pode ser utilizada como ferramenta para perpetuar a visão embranquecida de mundo por alguns meios, como: a reprodução de padrões corporais cisheteronormativos; a ideia de fauna e flora como recurso a ser explorado; além da hipervalorização de um único meio de produzir conhecimentos. Fomentar esta discussão aciona a importância de se colocar a branquitude no centro dos debates acerca da Lei 10.639/2003, visto que é através de seus mecanismos de perpetuação de privilégios sociais que o racismo se mantém. Destacamos ainda a centralidade do cenário educativo nesse processo, uma vez que é pelo contato diário com ideias embranquecidas de hipervalorização euro-estadunidense que outras identidades não brancas são marginalizadas juntamente com seu aparato intelectual, estético e cultural.

**Palavras-chave:** Biologia. Branquitude. Lei 10.639/2003.

## Referências

ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império:** como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ANI, Marimba. **Yurugu:** an African-centered critique of European cultural thought and behavior. 1. ed. Baltimore: Afrikan World Books, 1994.

---

<sup>117</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). [davibarbosajesuss@gmail.com](mailto:davibarbosajesuss@gmail.com).

<sup>118</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). [deboraaraudo.ufes@gmail.com](mailto:deboraaraudo.ufes@gmail.com).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103 – 130.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

OYĚWÙMÍ, Oyerónké. **A invenção das mulheres**: construindo um discurso africano sobre os corpos e o gênero. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

WYNTER, Sylvia. Nenhum humano envolvido: carta aberta aos colegas. *In: SPILLERS, Hortense; HARTMAN, Saidiya; WYNTER, Sylvia; MOTEN, Fred; SILVA, Denise Ferreira da; et al. Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. Tradução de Fernanda Silva e Sousa et al. São Paulo: Crocodilo Edições, 2023. p. 71–104.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (PROERER)

Jorge Vinícius Monteiro Vianna<sup>119</sup>

Kelly Cristina Soares Lima<sup>120</sup>

Monique Santiago de Carvalho<sup>121</sup>

O Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais (ProERER) no âmbito da rede escolar pública estadual do Espírito Santo foi instituído pelo decreto de nº 5389-R, de 09 de maio de 2023. Esse programa, norteador para o trabalho da Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro), integrada à Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq), da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), tem como finalidade contribuir com a melhoria dos resultados de aprendizagem, a partir da inserção de ações afirmativas para a educação das relações étnico-raciais. O ProERER, fundamentado no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, está estruturado por meio dos seguintes eixos, a saber: Eixo I, que trata do Fortalecimento dos Marcos Legais e envolve a implementação, efetivação e consolidação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e das mencionadas Diretrizes Curriculares Nacionais; Eixo II, que dispõe sobre a Política de formação para gestores, educadores e demais servidores da educação por meio de ações regulares de formação continuada, para garantir a qualidade e a continuidade do processo de implementação e consolidação das citadas leis e diretrizes; Eixo III, no que se refere à Política de material pedagógico, orientador, didático e paradidático, e a sua distribuição contínua às escolas, no que concerne à temática da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) e à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária; o Eixo IV, no que tange a Gestão Democrática e mecanismos de participação social, considerando o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira; o Eixo V, acerca dos Monitoramentos e das Avaliações que envolvem a construção de indicadores, levantamentos e análises de dados que permitem tanto o monitoramento do processo de implementação das Leis quanto a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas de promoção da equidade racial na educação pública estadual e o Eixo VI, sobre as Condições Institucionais, no âmbito organizacional da Sedu, com a existência de setor técnico voltado para a temática étnico-racial e para o monitoramento das demais ações descritas. Diante do exposto, essa comunicação tem como objetivo apresentar de forma sucinta as atividades relacionadas ao ProERER, desenvolvidas por meio da Geaciq, mais especificamente as formações para servidores e o monitoramento das ações realizadas na perspectiva

---

<sup>119</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. jvmviana@sedu.es.gov.br

<sup>120</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. kcslima@sedu.es.gov.br

<sup>121</sup> Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. mscarvalho@sedu.es.gov.br

da ERER nas escolas da rede estadual do Espírito Santo.

Palavras-chave: ProERER; Monitoramento; Educação das Relações Étnico-raciais.